

CAPÍTULO 4:

A TRAJETÓRIA DO SINDICALISMO PETROLEIRO EM SUA “ERA DE OURO”

... Foi no ano de 1961
Naquela casa da ladeira tinha pitanga, areia e
água de cheiro
Só quem tinha geladeira era petroleiro
Só quem tinha, só quem tinha, ié, ié, ié
Aí o peão virou burguês
Até pensou que fosse um rei
Cortinas com dinheiro ele fez no seu canzuá
Então veio a revolução
E do petróleo a inflação
E o peão voltou a ser peão
E da herança o que sobrou?
A geladeira e a TV...²¹⁴

4.1 ANTES DOS SINDICATOS: A IMPRENSA COMUNISTA E OS PETROLEIROS

As dificuldades de se identificar as demandas de qualquer categoria profissional antes da existência de seus respectivos sindicatos são muitas. As fontes convencionais raramente apresentam a “fala” operária e, em geral, quando isso acontece seu foco não está direcionado para as relações de trabalho. Além disso, a inexistência de arquivos de entidades de trabalhadores organizados impede a conservação dos registros de suas principais movimentações.

No caso da história do trabalho e dos trabalhadores de Salvador e das cidades do Recôncavo nas décadas de 1940 e 1950 tal situação modifica-se um pouco, pois foi editado na cidade entre os anos de 1945 e 1957 um jornal que pretendia divulgar as idéias do Partido Comunista Brasileiro e que para isso passou a relatar muito do que ocorria nos mundos do trabalho da Bahia. Falamos do jornal *O Momento*²¹⁵. Nascido dos esforços dos militantes

²¹⁴ Abafabanca, Gerônimo e Ari Dias, gravada por Gerônimo em 1988 no disco “Dandá”.

²¹⁵ As fases de atuação de *O Momento* confundiam-se com a própria orientação política do PCB. De 1945 a 1947, anos em que o partido adotou uma linha de colaboração política e defesa das conquistas democráticas, o jornal apresentava matérias segundo esta perspectiva. Após a proscrição do PCB e sobretudo sob a influência do Manifesto de Agosto de 1950, *O Momento* passou para um campo mais sectário e radical, aumentando as críticas e ofensas a seus adversários políticos. Esta segunda fase declinou no intervalo entre o suicídio de Getúlio Vargas e as denúncias dos crimes de Stálin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o que delimitou o retorno de uma linha mais branda e colaboracionista do jornal até sua extinção, em novembro de 1957. Sobre

comunistas baianos no contexto do fim do Estado Novo, a folha foi um importante instrumento de agitação e propaganda e que serviu para estreitar os laços entre militantes “vermelhos” e a classe operária do estado. Constantemente publicava textos denunciando os “abusos” das chefias e o atraso nos pagamentos, e conclamando os trabalhadores à luta seja através de seus sindicatos ou do PCB. O tom de suas reportagens muitas vezes era exacerbado, mas conseguia em certa medida apresentar algumas características dos locais de trabalho retratados. Além disso, os seus editores cediam espaço para críticas e denúncias dos próprios operários, que em muitas oportunidades escreviam contando o que se passava em suas empresas. A indústria do petróleo não fugiu a essa regra e podemos considerar, sem dúvida, que *O Momento* é uma das principais senão a única fonte para conhecermos a situação de trabalho dos petroleiros baianos nos anos iniciais das atividades da prospecção e do refino.

O primeiro aspecto que chama atenção nas reportagens sobre o assunto é o abuso de poder de determinados chefes ou engenheiros, o que não diverge do que já demonstramos no capítulo anterior. Um dos chefes mais citados, na primeira fase da gazeta comunista, foi o geólogo Pedro Moura, sempre acompanhado pelo seu secretário, Osmar de Barros. Ele tinha, segundo o noticiário, “a tarefa de perseguir os operários”, pois “elimina[va]-os do quadro de efetivos, faz[ia] transferências absurdas, demite[ia] e suspende[ia] sem mais nem menos, como se aquilo fosse a sua casa”²¹⁶. Essas críticas eram complementadas com denúncias de uso indevido dos equipamentos e veículos públicos. Segundo os articulistas do jornal, Barros se valia de veículos do CNP para fins particulares. Em reportagem publicada em 4 de abril de 1950, foi denunciado o uso do carro para “passeios de dia e de noite”, conduzindo “uma senhora funcionária do Departamento de Indústria e Comércio”²¹⁷.

Essas questões noticiadas pelos comunistas se aproximam do quadro revelado pela memória da maioria dos depoentes. As histórias de desmandos dos chefes e o seu poder despótico aparecem em praticamente todos os depoimentos dos petroleiros. Existe também uma clara divisão na fala destes trabalhadores aposentados entre os tempos em que os sindicatos não estavam atuando e os anos de sua atuação. No primeiro, o poder dos engenheiros era praticamente ilimitado e não existia a imagem que possuímos atualmente da Petrobrás. A idéia de uma empresa zelosa pelo seu trabalhador e atenta a direitos com os quais a maioria das empresas não se preocupa está distante. Persiste na fala dos operários, a

esse jornal comunista ver: SERRA, Sônia. **O Momento**: história de um jornal militante. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987.

²¹⁶ O Momento, 02/09/1949.

²¹⁷ O Momento, 04/04/1950.

memória de um tempo de trabalho duro, no qual os direitos sociais não eram respeitados e os chefes abusavam de seu poder. No segundo período, delimitado pelo início da atuação sindical e pela primeira greve dos trabalhadores petroleiros (realizada em novembro de 1960) aparece um tempo no qual as lutas sociais, encaminhadas pelo sindicato, solucionaram tais problemas e trouxeram aos petroleiros mais respeito e condições de trabalho dignas. Os bons salários e a condição de trabalho com mais segurança são considerados resultados da atuação sindical. É como se a Petrobrás atual, considerada em geral um exemplo na relação com seus trabalhadores efetivos, tivesse sido construída pela atuação dos sindicatos.

Um outro caso de denúncia interessante está relacionado às obras da construção da Refinaria de Mataripe. Os articulistas do jornal contaram que o operário Darwin Silva Reis montador e encanador, foi contratado pelo CNP no estado do Rio de Janeiro (juntamente com outros duzentos operários especializados) para vir trabalhar na montagem da usina. Ao chegar aqui, porém, Darwin recebeu um salário menor do que o combinado em sua terra natal. Diante do logro salarial e das duras condições de trabalho da obra, ele e muitos de seus conterrâneos recusaram-se a continuar no serviço, pedindo as contas para voltar ao Rio. Segundo o jornal, os trabalhadores foram preteridos porque não era interessante para o CNP contar em seus quadros com operários conscientizados que questionassem os desmandos dos chefes. O CNP teria passado a “dispensar os operários mais conscientes, colocando em seu lugar o rebotalho nazi-fascista, importado da Europa”. Ainda de acordo com os jornalistas, esses operários estrangeiros, muitos embora “mais incompetentes em montagem que os *laborê*” gozavam de privilégios e altos salários, colocando os trabalhadores nacionais em condições inferiores aos estrangeiros²¹⁸.

Esse discurso de *O Momento* é convergente com o caminho que o PCB adotava na época, o que segundo Sônia Serra teria deixado o jornal “numa linha radical e com uma perspectiva revolucionária”. Os aparelhos de imprensa e propaganda comunista seguiam as diretrizes partidárias consubstanciadas no manifesto de agosto de 1950. Conforme sabemos, desde a sua proscrição, em 1947, os comunistas reavaliaram tanto suas interpretações da realidade brasileira quanto a sua própria tática de ação. A partir daí, a principal missão de seus órgãos de imprensa era construir uma estratégia de combate aos governos considerados de “traição nacional”, denunciando e conclamando a população a lutar contra a presença norte-

²¹⁸ O Momento, 24/10/1950.

americana e contra aqueles brasileiros que entregassem as riquezas nacionais ao inimigo estrangeiro. Em geral, as matérias apelavam para as denúncias e ataques pessoais²¹⁹.

Por esses e outros motivos, é evidente que não podemos considerar o teor dessas denúncias verdadeiro pelo simples fato de se encontrarem no jornal, pois todo órgão de imprensa para além da função de informar os leitores tem sempre como meta a difusão de seu projeto social e político. Tanto a imprensa operária quanto a partidária têm como característica marcante a tendência de exacerbar os problemas e as más condições do segmento de classe que busca representar. Seu objetivo principal é a denúncia e a arregimentação de mais adeptos para as suas fileiras. Não por acaso, carregam tanto nas tintas do sofrimento e exploração operária. Mas nem por isso deixam de ser úteis para a pesquisa do historiador. Sua riqueza como documento encontra-se no fato de terem conseguido abordar parte das angústias diárias da classe trabalhadora, além de terem se apresentado como aglutinadores das classes populares para uma série de embates políticos e lutas sociais²²⁰. Exatamente por conta disso foi possível identificar outros dois temas como pistas importantes para a compreensão do mundo do trabalho dos petroleiros baianos: a insatisfação com a qualidade da comida servida e o excesso de horas trabalhadas sem que qualquer “direito” fosse pago.

No que tange à alimentação, cabe dizer que ela era uma das principais questões apresentadas pelos operários para demonstrar a situação indigna a que estavam submetidos nos primeiros anos do trabalho com o petróleo. A comida era definitivamente um demarcador de espaços sociais dentro dessa indústria. Na Refinaria, existiam refeitórios diferenciados, e diversas eram as queixas de que a qualidade da comida também não era a mesma. Nos campos de produção, a situação era bastante parecida e a condição dos alimentos servidos, de acordo com os editores do jornal comunista, era a seguinte:

A alimentação servida nos campos é a pior possível e por isso os trabalhadores chamam-na de “gororoba”. O café da manhã é acompanhado de pão sem manteiga. No almoço arroz, farinha e carne, tudo mal cozido e sem o mínimo sabor. No jantar é a mesma coisa pra variar.²²¹

Os problemas não paravam por aí, pois o que mais parecia incomodar era exatamente o contraste entre a comida dos operários e a da chefia. Nos campos de extração os engenheiros e técnicos recebiam marmitas ou “quentinhas”. Além disso, recebiam salários

²¹⁹ SERRA, op. cit., pp. 202-203.

²²⁰ GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson (Orgs.). **O trabalhador gráfico**. Fortaleza: Editora da UFC, 2002. FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

²²¹ O Momento, 10/10/1954.

mais altos, e podiam comer em algum restaurante por conta própria. Já a comida dos operários vinha “num panelão”, que era “arrastado por um carro e no caminho se enchia de poeira”²²². Quando o panelão chegava junto ao operário, este tirava uma armação contida na parte interna do seu capacete, chamada de “aranha”, limpava-o com uma pequena flanela (quando tinha alguma junto a ele) e o transformava em prato. Fazia a sua refeição sentado ao chão ou encostado em alguma máquina. Para José Carlos Vivas, o trabalho era tão cansativo e dava uma fome tão grande que quando a comida chegava não dava nem para pensar na falta de qualidade, a única coisa que se fazia era comer. Wilton Valença, por sua vez, nos conta que “não aceitava aquilo”, e embora não fosse obrigado a comer no capacete, por ser trabalhador especializado, recusava-se, em sinal de protesto, a compactuar com aquela segregação. Não comia a comida da empresa e gastava boa parte de seu ordenado alimentando-se em algum outro lugar.

Figura 10:

Trabalhadores da extração comendo no capacete



Fonte: Acervo pessoal de José Carlos de Souza Vivas

Essa situação levou os comunistas a usar também de ironia e se valer do pitoresco para relatar os problemas dos petroleiros. Eles contam, na edição de 19 de agosto de 1951 de *O*

²²² Depoimento de José Carlos de Souza Vivas, já citado. Depoimento do sondador e dirigente sindical Wilton Valença da Silva, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado pela empresa em 1956. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 18 de novembro de 2006. novembro de 2006.

Momento, a visita de um suposto parente do Presidente Getúlio Vargas, Pedro Vargas que estava em companhia de sua esposa e era apresentado pelo engenheiro Gilberto Franco às oficinas da Jequitaita²²³. Esse tipo de visita era muito comum e tinha por objetivo mostrar a pessoas “ilustres” o tipo de trabalho realizado pela indústria do petróleo e os avanços que ela proporcionava ao país. Os visitantes, após conhecerem vários setores da oficina, entraram no refeitório justamente na hora do almoço. A esposa de Pedro Vargas notou que os trabalhadores “se alimentavam de carne seca com farinha e estranhou a coisa”, perguntando ao engenheiro qual era o motivo de tal dieta. Gilberto Franco, “uma verdadeira bola” segundo o articulista do jornal, não se fez de rogado, sorriu para a “admirável dama” e disse que a comida não era ruim, pois ele, por exemplo, “gostava de carne seca, farinha e pão de açúcar”. Não só os visitantes se assustaram com a resposta do engenheiro. Os operários que almoçavam, interromperam sua refeição olharam para ele e, segundo o articulista, “não souberam o que pensar”²²⁴.

Sem entrar na celeuma se a história é real ou não, o que nos interessa é o fato de que ela poderia perfeitamente ganhar foros de credibilidade porque este era um tema recorrentemente vocalizado nas queixas dos trabalhadores, que identificavam a comida servida como um dos maiores pontos de distinção entre eles e os chefes.

Como afirmamos, ocupavam destaque também as queixas relacionadas ao não pagamento de salários, gratificações, horas-extras e abonos que eram garantidos por lei aos trabalhadores. Os comunistas viam os responsáveis pela indústria do petróleo como agentes dos interesses dos “trustes”, que tratavam os brasileiros de forma indigna para entregar as reservas naturais do país aos americanos. Eram eles que induziam os “maus brasileiros” a submeter os operários a uma jornada extenuante de trabalho sem uma recompensa digna. Por muitas vezes, os redatores do jornal recorreram ao discurso radical, tentando demonstrar através de ofensas e palavras de ordem mais incisivas a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores. No entanto, nos anos do pós 1954, exatamente quando os comunistas afinaram o seu discurso e, conseqüentemente, a linha editorial de *O Momento* estava mais branda em relação às denúncias de maus-tratos aos trabalhadores, foi que eles apresentaram

²²³ A reportagem aponta que o visitante era irmão do presidente, mas o mesmo não tinha nenhum irmão com o nome de Pedro. Isso nos leva a crer que pode ter ocorrido um erro do redator ao informar o nome do visitante, ou então que seu grau de parentesco com o presidente era outro. Mesmo na hipótese de que tal visita não existiu e que, portanto, a matéria tenha sido “plantada” pelos repórteres do jornal, nos interessa a verossimilhança que tal história tem dentro daquele contexto, pois, no mínimo, a situação dava margem para a sua publicação nas páginas de *O Momento*.

²²⁴ *O Momento*, 19/08/1951.

um relevante exemplo das duras condições de trabalho dos petroleiros. A notícia se deu na ocasião de um incêndio num poço no campo de Água Grande (proximidades da cidade de Catu), ocorrido em julho de 1955.

Os comunistas relataram os esforços para debelar as chamas. Consideraram o evento como um “teste” para os técnicos nacionais, que enfrentavam pela primeira vez um problema de tal magnitude no país. Louvaram os esforços de todos, desde o engenheiro Ivan Barreto de Carvalho, chefe de serviços da Região de Produção da Bahia, que acompanhou e comandou os trabalhos contra o fogo, até os mais simples operários, que enfrentaram com “energia e habilidade” o desafio, arriscando a própria vida “para preservar o patrimônio nacional”²²⁵. Três dias depois, comemoraram o fim do fogo, que vitimara um engenheiro chamado Aroldo Bastos. Parabenizaram as “dezenas de operários e engenheiros brasileiros”, que “permaneceram em vigília constante, no duro e difícil combate às chamas”. Nessa matéria, ouviram e publicaram a fala de Jonas, “um velho operário do petróleo”, que afirmou estar “tão habituado com perder noites” que nem parecia haver quatro dias que não dormia. Completou dizendo que era “necessário ser duro para trabalhar em perfuração”, pois precisavam “vencer muitas vezes o sono, a fome e o cansaço”²²⁶.

Mesmo sem a intenção da denúncia, o texto demonstrou o excesso de horas de trabalho, sempre legitimada pela necessidade de dar o máximo pelo país. Afinal os trabalhadores precisavam aceitar a longa jornada em favor de uma empresa que trabalhava para transformar o Brasil num país grande e independente do ponto de vista econômico. Álvaro Bulcão, operário da produção, admitido ainda sob os auspícios do CNP, quando perguntado como era sobre a jornada de trabalho e qual tipo de proteção a empresa fornecia, responde:

“Aquele tempo não tinha proteção quase nenhuma, não tinha proteção quase nenhuma. A gente ia e chegava, trocava a roupa, vinha a bota, o capacete e vamo trabalhar.

Naquele tempo foi tudo daquele jeito, de carregar tubo nas costa, carregamo tubo nas costa pra fazer linha de água, pra fazer linha de óleo, de gás, de tudo. E outra coisa, o transporte era caminhão, a gente subia no caminhão pra ir trabalhar. [...]

Não folgava... Não folgava! Quando eu entrei logo trabalhava sábado, domingo, feriado, semana santa, sexta-feira santa, São João não tinha folga.

Entrevistador: Recebia extra?

²²⁵ O Momento, 09/07/1955, p. 01.

²²⁶ O Momento, 12/07/1955, p. 01.

Álvaro Bulcão: Não recebia extra, depois no tempo de Mangabeira que foi o presidente da Petrobrás foi que veio a lei, ele aí, pagou tudo isso, as folgas tudo e tal...²²⁷

Por fim, os comunistas desempenharam um papel relevante ao divulgar os esforços empreendidos pelos operários do petróleo para criar seu sindicato. Acompanharam e noticiaram com grande entusiasmo as principais movimentações para esse fim. *O Momento* foi o único órgão de imprensa da Bahia que noticiou as assembleias de outubro de 1954 que trataram da situação dos operários em relação aos estatutos jurídicos diferentes a que estavam submetidos os trabalhadores ainda pertencentes ao CNP e aqueles que já haviam sido incorporados pela Petrobrás, questão resolvida com a incorporação de todo o pessoal pela empresa recém-criada²²⁸. Relataram ainda os esforços para atingir o percentual mínimo de associados, exigido pelo Ministério do Trabalho para a autorização do funcionamento do sindicato. Por fim, os comunistas reclamaram insistentemente contra a demora do próprio ministério em conceder aos petroleiros a tão sonhada carta sindical.

Porém, ao mesmo tempo em que as atividades sindicais dos operários do petróleo se legalizavam, *O Momento* passava por uma profunda crise. A dura repressão que ocasionou dois empastelamentos da folha, e a falta de dinheiro para continuar editando o jornal contribuíram para que em novembro de 1957 ele deixasse de circular. Este foi o mês no qual os petroleiros obtiveram autorização oficial para instalar seu sindicato. Os comunistas tiveram tempo ainda de relatar a viagem que levou Osvaldo Marques de Oliveira, Manoel Alves Bonfim e João Humbelino de Souza para o Rio de Janeiro, então capital da República²²⁹. Os sindicalistas, depois de três anos de esforço, voltaram com a carta sindical embaixo do braço. *O Momento* deixava de circular, mas os petroleiros tinham, enfim, o seu sindicato.

4.2 O NASCIMENTO DOS SINDICATOS PETROLEIROS E A CONSTRUÇÃO DE SUA LEGITIMIDADE

²²⁷ Depoimento do torrista Álvaro Bulcão, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado pela empresa em 1949. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 02 de março de 2007.

²²⁸ *O Momento*, 15/10/1954, p. 02.

²²⁹ *O Momento*, 01/11/1957, p. 02.

De acordo com os próprios trabalhadores, as suas entidades de representação nasceram como fruto da necessidade de solucionar os diversos problemas inerentes às relações de trabalho descritas anteriormente e denunciadas pelos comunistas. O contexto em que elas nasceram é muito importante para que possamos compreender seus rumos. De um lado estava o crescimento das discussões no plano nacional, que reforçavam o caráter nacionalista da Petrobrás. Essa face da política brasileira colocava a empresa como uma das principais representantes dos interesses da Nação frente ao imperialismo estrangeiro. Defender a Petrobrás era o mesmo que defender o Brasil e essa era a missão primordial de qualquer um que mantivesse relações com a estatal. Existiam do outro lado, porém, as fortes reivindicações das classes dominantes e da imprensa baiana que ansiavam que a empresa estatal fornecesse maiores retornos ao estado que naquele momento era o único produtor de óleo do país. Diziam que a Petrobrás podia até ser brasileira, mas o petróleo era baiano, pois o estado era o único que produzia óleo na federação. Por isso mesmo, ansiavam pela criação da indústria petroquímica baiana, pela indicação de baianos para a direção da empresa e os mais entusiasmados diziam que a sede da empresa deveria sair do Rio de Janeiro e vir para Salvador. A Bahia vivia, portanto, o paradoxo entre o nacionalismo e o regionalismo. Para os sindicalistas, esse quadro era complementado pela urgência em oferecer soluções aos problemas enfrentados pela categoria que representavam.

As primeiras movimentações registradas para a criação de uma entidade de representação dos petroleiros podem ser localizadas em outubro de 1954, cinco meses após a maior parte das atividades da indústria do petróleo saírem da responsabilidade do CNP e serem entregues à Petrobrás. Franklin Oliveira Junior identifica as duas assembléias que fundaram a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no Estado da Bahia nos dias 17 e 26 de outubro de 1954²³⁰. O jornal *O Momento* apontou em matéria datada do dia 15 do mesmo mês a existência de uma assembléia, composta por trabalhadores do Campo de Dom João e da Refinaria de Mataripe, identificada como “a maior realizada pelos trabalhadores do petróleo”, e convocada pela seção de Candeias da União dos Servidores Públicos, na qual foi deliberada a filiação dos trabalhadores ainda ligados ao CNP à entidade organizadora da assembléia e a formação da associação profissional para os trabalhadores já ligados à Petrobrás²³¹. Contudo, somente três anos depois desse impulso

²³⁰ OLIVEIRA JR., op. cit., p. 57.

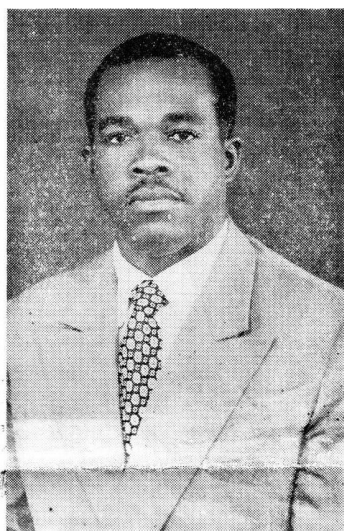
²³¹ O Momento: 15/10/1954, p. 02. Não possuímos nenhuma informação bibliográfica ou documental mais consistente sobre a União dos Servidores Públicos, pois mesmo nas páginas de *O Momento* essa entidade apareceu em raras ocasiões.

inicial é que estaria definitivamente consolidado o primeiro sindicato dos petroleiros baianos, o Sindipetro/Extração.

Segundo Eunápio Costa, o núcleo fundador do órgão, batizado de “grupo dos revoltados”, era composto por operários de Mataripe e dos campos de Candeias e Dom João, e teve como liderança mais destacada o operador de processo Osvaldo Marques de Oliveira, que havia adentrado como segurança na refinaria ainda em 1951²³². As referências acerca da atuação da entidade são praticamente inexistentes, uma vez que o seu período de existência legal (1954-1957) coincide com a já citada crise vivida pelo jornal *O Momento*, período em que sua circulação já estava seriamente comprometida²³³. Isso diminuiu as matérias acerca dos trabalhadores do petróleo e da instituição que eles estavam tentando criar. Além do mais, não pudemos contar com os registros feitos pelos próprios trabalhadores, em virtude da perda dos documentos da associação, certamente ocasionada pelas mudanças de sede ocorridas nas duas unificações que o sindicalismo petroleiro viveu na última década do século passado²³⁴.

Figura 11:

Osvaldo Marques de Oliveira



Fonte: Sindipetro – Jornal, prestação de contas do ano de 1961, p. 01.

²³² COSTA, op. cit., pp. 240-247. Os fundadores, chamados por Eunápio Costa de “grupo dos revoltados” eram Osvaldo Marques de Oliveira, Aníbal Carnaúba, Manoel Inocêncio Pinheiro Júnior, Deoclécio Araújo da Silva, Severino Alexandre da Silva, Simpliciano Joaquim dos Santos, Anísio Araújo Lima e Manoel Bonfim (Expedicionário).

²³³ Sobre a história, dificuldades e crise vividas pelo jornal comunista *O Momento*, ver: SERRA, Sonia. **O Momento**: história de um jornal militante. Salvador: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1988.

²³⁴ Em 1997, os sindicatos da extração e da refinação se unificaram dando origem ao Sindicato Unificado dos Petroleiros (SUP). Mais tarde, em 2000, os trabalhadores do petróleo, petroquímicos e químicos decidiram pela unificação das suas categorias, dando origem ao Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petroleiro do Estado da Bahia (STRQP), atual órgão de representação dos petroleiros baianos.

Oliveira, buscando construir uma genealogia das entidades de representação dos trabalhadores, identifica os anos de atuação da Associação como uma “pré-história” comum às diversas instituições de trabalhadores. Ela era composta por “irmandades, confrarias, sociedades de auxílio mútuo, centros operários, etc.”. O autor considera que a ação da Associação Profissional, reduzida “à ‘doutrinação’, à ação associativa, ao assistencialismo, e a promover o seu próprio reconhecimento como sindicato”, se aproximava das ditas organizações pré-históricas, nas quais a atuação como classe ficava muito aquém da desejada por este intelectual²³⁵.

Consideramos essa divisão hierárquica proposta por Franklin Oliveira em entidades de trabalhadores “históricas” e “pré-históricas” problemática, pois nada garante que um sindicato seja mais “politizado” ou que seus associados tenham mais “consciência de classe” do que os membros de uma irmandade ou sociedade assistencialista. Pesquisas recentes demonstram, por exemplo, que dentro do sistema escravista podiam existir organizações religiosas ou até mesmo assistenciais que conseguiam congregar seus membros em torno de importantes demandas e eram elas que garantiam a coesão e a identidade coletiva do grupo²³⁶.

O próprio Oliveira, contudo, identifica pontos relevantes na atuação da Associação, pois considera que em seus três anos de existência ela garantiu o acúmulo de forças necessário para a construção de uma identidade na qual as lutas futuras se basearam²³⁷. Na verdade, os esforços travados nos anos de existência da associação e mesmo antes da sua fundação não eram nem mais nem menos legítimos ou corretos do que aqueles feitos nos anos de atuação sindical, pois tratavam-se apenas de diferentes fases de um mesmo processo histórico, que visava garantir uma demanda que se tornou legítima diante da categoria, ou seja, a representação sindical como forma de defesa de direitos e garantia de respeito por parte dos chefes.

Duas dificuldades ligadas entre si marcaram o trabalho dos fundadores da Associação: a primeira consistia em convencer a categoria de que era importante criar a entidade; a segunda foi a perseguição imposta pelas próprias chefias, que buscavam impedir o recolhimento da contribuição monetária mensal dos associados e até mesmo a filiação dos

²³⁵ OLIVEIRA JR., op. cit. p. 61.

²³⁶ Ver: REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 199-242, 1997.

²³⁷ OLIVEIRA JR., op. cit., pp. 57-59.

operários à associação. Osvaldo Marques, em depoimento concedido a Franklin Oliveira, ressaltou o esforço empreendido por ele e seus companheiros, que organizaram várias palestras e assembléias de esclarecimento à categoria, bem como se valeram de conversas “ao pé do ouvido” para convencer os colegas de que a fundação do sindicato só traria benefícios. Mesmo assim, o número de filiados foi inicialmente bastante reduzido. As contribuições sindicais precisavam ser recolhidas à noite, dentro dos alojamentos, ou escondida atrás das máquinas²³⁸. Álvaro Bulcão, um dos primeiros responsáveis pela coleta da contribuição sindical no campo de Candeias, quando perguntado sobre as dificuldades para a criação da Associação de Trabalhadores, e sobre as estratégias criadas pelos trabalhadores para superá-las, relata a existência de um esquema de aviso, através de apitos, que garantia a realização de reuniões entre os trabalhadores:

“E ficava nós, um numa ponta outro em outra, um ficava com apito e o outro, quando apontava a caminhonete do chefe de campo, aí “priiii!” (imita o som de um apito), aí todo mundo se levantava, cada um pegava seu negócio e ia trabalhar e tal... se ele pegasse botava todo pra fora. Teve um certo dia que ele soube que tinha essa reunião, ele chegou ao chefe de lá do almoxarifado que era Simpliciano e disse: que se pegasse que botava todo mundo pra fora, foi aí que todo mundo ficou prevenido, foi quando surgiu o negócio do apito... pra não deixar ele pegar gente em reunião.”²³⁹

Paralelamente a estas dificuldades de ordem interna, o grupo de fundadores, sem experiência nos meandros dos órgãos oficiais e aparentemente mal assistido juridicamente, percorreu um longo caminho até a obtenção da carta sindical, assinada em 27 de novembro de 1957. Ela deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia (Sindipetro/Extração).

O Ministério do Trabalho considerou que os trabalhadores da Refinaria de Mataripe pertenciam a uma categoria profissional diferente da dos trabalhadores da Região de Produção da Bahia (RPBA)²⁴⁰. Assim, a carta sindical concedida reconhecia a organização somente como representante dos trabalhadores da extração. Restou aos operários da refinaria a esperança de conseguirem se organizar e obter o reconhecimento de sua entidade sindical num menor espaço de tempo. Enquanto avaliavam qual novo caminho deveriam seguir, os operários de Mataripe ficaram ligados provisoriamente no Sindipetro/Extração. Osvaldo

²³⁸ Idem. 58-59.

²³⁹ Depoimento de Álvaro Bulcão, concedido ao autor em março de 2007.

²⁴⁰ Sobre a estrutura corporativista que subordina os sindicatos operários brasileiros ao enquadramento sindical e às determinações do Ministério do Trabalho, ver, entre outros: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **A construção do consentimento**. São Paulo: Edições Sociais, 1998. BOITO JR., Armando. **O sindicalismo de estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989. COSTA, Vanda Maria Ribeiro da Costa. **A armadilha do Leviatã: a construção do corporativismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. MARTINS, Heloísa Helena de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989.

Marques ocupava, mais uma vez, destacado papel, pois assumiu as funções de tesoureiro do novo sindicato e ao mesmo tempo manteve os esforços para a criação da entidade dos trabalhadores de Mataripe.

Cerca de dois anos depois, em junho de 1959, foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Destilação, Refinação e Derivados do Petróleo no Estado da Bahia, entidade que daria origem ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação, Refinação e Derivados do Petróleo no Estado da Bahia (Sindipetro/Refino), reconhecido legalmente em novembro do mesmo ano. No período da existência da associação mais antiga adentraram novos operadores em Mataripe, advindos dos cursos preparatórios oferecidos pelo Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal (CENAP). Deste novo grupo de trabalhadores surgiram novos interessados em ajudar na criação do sindicato, dentre os quais destacam-se Wilson Maranhão e Mão Soares Lima. Wilson conheceu alguns dos homens que se esforçavam para criar o sindicato e começou a participar de suas reuniões, um pouco mais tarde, convidou Mário Lima e ambos se incorporaram aos pioneiros do sindicalismo petroleiro baiano. Apesar de haver uma certa desconfiança dos “novos” em relação à tática política dos “velhos”, segundo Mário Lima, a estratégia escolhida foi a junção das duas gerações de operários para um maior fortalecimento da entidade que estava sendo criada.

Os trabalhadores da geração incorporada à Petrobrás a partir de 1958 não foram os únicos que viram com ressalva o outro grupo. Os operários mais antigos chegaram a manifestar uma certa repulsa aos novos colegas, em geral mais estudados e com uma preparação teórica prévia para o trabalho, vistos como “almofadinhas” que estavam lá para ameaçar os seus empregos²⁴¹. O próprio Sindipetro/Refino tratou de aparar essas arestas e diminuir tais conflitos entre a classe, garantindo uma união eficaz entre as duas gerações²⁴².

Esses foram os primeiros passos dos sindicalistas em busca da legitimidade junto à sua base. Contudo, dois episódios marcaram essa caminhada e merecem ser analisados com mais calma. Como sabemos, um dos aspectos que mais chamou atenção na formação de ambas as entidades foi a dificuldade inicial de liberdade de ação encontrada por elas. Do começo das movimentações em prol da criação de um sindicato até a existência formal das duas

²⁴¹ Depoimento de Mário Lima, entrevista de 11 de julho de 2007.

²⁴² Sobre gerações operárias ver: MOREL, Regina Lúcia de Moraes; PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 01, nº 17, pp. 68-83, 1991.

instituições passaram-se cinco anos. Os problemas diretos com os gestores da empresa não foram poucos nesse período e não cessaram em novembro de 1959. Com efeito, os primeiros meses de 1960 foram um marco neste enfrentamento entre sindicalistas e “patrões”. Conforme veremos, o resultado do impasse criado quando da demissão de Osvaldo Marques e Mário Lima foi fundamental para os rumos do Sindipetro/Refino e do grupo que o dirigiu até abril de 1964²⁴³.

A primeira referência ao problema surgiu na reunião de diretoria, realizada em 31 de maio de 1960, às vésperas da cerimônia de posse dos novos dirigentes sindicais²⁴⁴. O próprio Osvaldo, já eleito presidente do sindicato, surpreendeu seus companheiros com uma notícia. Contou aos demais “um incidente com ele próprio”, que resultara na sua demissão. O motivo foi a distribuição de “uns manifestos aos associados”, que continham críticas à diretoria de Mataripe, que havia demitido o também dirigente sindical Mário Lima sem justa causa²⁴⁵. O motivo da demissão do primeiro secretário do sindicato havia sido uma discussão pessoal travada entre ele e o chefe do setor de processamento, Alberto Boudyjean. Na mesma ocasião, Osvaldo informou que já havia procurado o advogado do sindicato e que recebeu deste a recomendação para que os dois não fizessem “alarde” e tomassem posse, conforme estava previsto, e logo após encaminhassem “reclamação na justiça do trabalho”, pois ambos “como representação da classe não podia [sic] ser despedido”²⁴⁶.

Os dirigentes do sindicato não se limitaram somente a essa ação como alternativa para a resolução do impasse. Pleitearam o apoio de políticos, inclusive do próprio governador da Bahia e ex-presidente da Petrobrás, Juracy Magalhães, que já estava convidado para presidir a cerimônia de posse do sindicato. O evento, realizado em 05 de junho do mesmo ano, diferentemente do que havia acontecido com o sindicato co-irmão, que contou inclusive com a ajuda financeira da Petrobrás para financiar a festa, não contou com a presença de nenhum diretor da empresa. Os protestos contra as demissões marcaram o evento. Manoel Pinheiro, vice-presidente do sindicato, usou da palavra para protestar contra a Superintendência de

²⁴³ OLIVEIRA JR, op. cit., pp. 77-78.

²⁴⁴ A composição da 1ª Diretoria do Sindipetro/Refino era a seguinte: Diretoria Executiva: Osvaldo Marques de Oliveira (Operador de processo, Presidente), Manoel Inocêncio Pinheiro Junior (Auxiliar técnico especialista, Vice-presidente), Mário Soares Lima (Operador chefe de processo, Primeiro Secretário), Wilson França Albuquerque Maranhão (Operador de processo, Segundo Secretário), José Xavier (Operador chefe de processo, Tesoureiro); Suplentes: Geraldo Alves Copque (Operador de processo), Julimá Gomes da Silva (Fotógrafo), Flordivaldo Maciel Dultra (Laboratorista), Gutemberg Soares de Oliveira (função não encontrada), Demóstenes Soares Oliveira (Contramestre).

²⁴⁵ Livro de Reunião de Diretoria do Sindipetro – Refino, folha 14A.

²⁴⁶ Livro de Reunião de Diretoria do Sindipetro – Refino, folha 15.

Mataripe que, através de “medidas prepotentes”, demitiu dirigentes sindicais recém-eleitos e antes de passar a palavra para o governador, afirmou ter certeza de que se fosse ele o presidente da Petrobrás aqueles “lamentáveis fatos não estariam acontecendo”²⁴⁷. Juracy Magalhães, ao encerrar a cerimônia, usou de “palavras ponderadas” para criticar a demissão dos dirigentes. Prometeu que assim que chegasse ao Palácio da Aclamação, entraria em contato com o presidente da Petrobrás, a fim de encontrar uma solução que garantisse a “liberdade sindical”²⁴⁸.

O caso, porém, só se resolveu com a visita de Juscelino Kubitschek à Refinaria para inaugurar novas unidades de operação. O cerimonial do evento previa que um trabalhador, indicado pelo sindicato, saudasse o Presidente da República. Na reunião do sindicato, Osvaldo se recusou a assumir o encargo e sugeriu que Mário Lima fizesse a saudação a Juscelino. Perguntado por um diretor da refinaria se iria fazer em seu discurso menção à sua demissão e do presidente do sindicato, Mário afirmou que faria, pois não havia como esse assunto ser ignorado. A única forma de impedir tal comentário e o conseqüente mal estar proveniente de um possível constrangimento seria a readmissão de ambos, o que acabou sendo feito²⁴⁹. O Sindipetro/Refino aproveitava as brechas existentes no jogo político da época para ganhar sua primeira grande batalha, talvez a mais importante da sua breve história. Não é exagero afirmar que as demissões tenham sido uma forma encontrada pelos dirigentes da refinaria para frear um possível avanço das reivindicações dos trabalhadores por conta da ação do sindicato. Para a categoria e os dirigentes sindicais, as duas lideranças sindicais tinham sido vítimas daquilo que era um dos maiores medos dos primeiros petroleiros, as demissões motivadas pelo desejo dos chefes, e consideradas tão banais que entraram para a memória dos trabalhadores como aquelas que “eram despachadas em papel de cigarro”²⁵⁰. A vitória demonstrava aos trabalhadores que o sindicato poderia ser uma arma para reverter as relações de poder na empresa. Era como se a base do sindicato tivesse percebido que existia alguma força capaz de limitar o poder dos chefes.

Nos relatos sobre a conquista de legitimidade e reconhecimento da força dos sindicalistas diante dos seus superiores há ainda um outro episódio que merece destaque. Segundo Mário Lima, em uma certa ocasião, antes ainda dele tomar posse como dirigente sindical, quando coordenava o trabalho de uma turma de operadores durante a noite, a comida

²⁴⁷ Livro de Atas de Assembléias do Sindipetro – Refino, folha 08.

²⁴⁸ Idem, folha. 08A.

²⁴⁹ Depoimento de Mário Lima, realizado em 24 de novembro de 2006.

²⁵⁰ Depoimento de Raimundo Lopes, já citado.

da equipe chegou estragada. Constatando o fato, ele ligou imediatamente para o responsável pelo fornecimento do alimento e relatou o problema, pedindo que a refeição fosse trocada por uma que garantisse a saúde dos profissionais e, conseqüentemente, o bom andamento dos trabalhos da unidade. A pessoa que o atendeu disse que só tinha aquela comida e que não poderia preparar outra, pois a chave da despensa estava com o chefe do setor, que se encontrava repousando em sua casa na Vila de Mataripe e não podia ser incomodado.

Mário Lima insistiu, afirmando que uma turma de operadores não poderia passar a noite com fome ou então comer algo que lhe fizesse mal, pois isso poderia prejudicar a própria empresa. Continuou solicitando ao referido colega que entrasse em contato com o chefe do setor para resolver a situação, mas sem sucesso. Mário ameaçou, então, soar o alarme e despertar todos na Vila e nos alojamentos. Após essa ameaça o colega cedeu e pôs o operador chefe em contato com o responsável pela despensa. A conversa entre este e o futuro secretário do Sindipetro/Refino aconteceu, segundo Mário Lima, num tom de extremo respeito hierárquico. “Chamei-o o tempo todo de senhor e doutor, explicando que a comida estragada poderia fazer mal aos operadores. Em nenhum momento falei com falta de respeito ou arrogância”.

Mário Lima conta que buscou, ao mesmo tempo, demonstrar um certo conhecimento para que o chefe entendesse que não estava falando com “qualquer um”. O ex-sindicalista nos disse que quando perguntado pelo superior porque sabia que o alimento estava estragado, respondeu de imediato que ele continha “microorganismos” e que eram eles que fariam mal a quem o ingerisse. Sua insistência deu resultado e ele conseguiu que fosse preparada uma outra refeição. No outro dia, no entanto, a história que corria em Mataripe era a de que Mário Lima havia dado o maior “esculacho” em um chefe por causa de uma comida estragada. Ou seja, o respeito da conversa foi abstraído, e o que era uma reivindicação, virou uma reprimenda a um superior. O interessante é que vários operários aposentados dizem ter ouvido falar nessa história pela refinaria, sem lembrar, entretanto, do nome dos outros dois envolvidos²⁵¹.

Esses dois episódios, no fim das contas, independentemente de serem míticos ou não, ganham um sentido muito consistente dentro do contexto da formação do Sindipetro/Refino.

²⁵¹ Essas histórias são identificadas por Costa Neves como uma forma mitológica encontrada pelo próprio Mário Lima para legitimar suas ações políticas na década de 1980 frente ao Sindipetro/Refino. Neste período, o sindicalista travou uma disputa com os militantes ligados à recém-fundada Central Única dos Trabalhadores (CUT) pelo controle da direção. Essa discussão, contudo, ultrapassa os limites de nossa pesquisa. Ver: NEVES, op. cit., pp. 460-465.

Demissões sumárias e alimentação precária são os aspectos negativos mais lembrados pela maioria dos trabalhadores que viveram esse período, tanto nos campos de extração quanto em Mataripe, como os maiores problemas enfrentados pelos trabalhadores antes dos sindicatos. Esses fatos aparecem, também, como vimos, na imprensa militante e nas próprias reuniões de diretoria e assembléias da época. O medo de entrar no sindicato e de participar de suas movimentações só foi vencido quando os próprios dirigentes demonstraram à categoria que possuíam armas capazes de enfrentar esses problemas.

Costa Neves demonstra que imediatamente após a readmissão de Osvaldo Marques e Mário Lima o número de filiados ao Sindipetro/Refino começou a crescer. O autor diz que até o final de 1959 somente seiscentos e setenta cinco trabalhadores estavam sindicalizados. Em 1960 esse número teria passado, contudo, a dois mil cento e cinquenta e nove²⁵². Costa Neves não indica a fonte de suas informações, mas os dados que conseguimos reunir a partir das fichas sindicais do Sindipetro/Refino corroboram a sua afirmação, embora sejam diversos:

TABELA 10:

ANO DE ENTRADA NA EMPRESA E FILIAÇÃO AO SINDIPETRO/REFINO

Ano	Entrada na empresa*	Entrada no Sindicato
Até 1958	754	213
1959	402	170
1960	725	827
1961	246	677
1962	194	165
1963	235	445
1964	5	24
Depois de 1964	-	75
Não informado	62	30
Total	2626	2626

* Constam somente os empregados que filiaram-se ao Sindipetro/Refino.

²⁵² Idem, p. 289.

Fonte: Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro/Refino).

Como podemos observar, existe uma diferença quantitativa entre os dados colhidos pela nossa pesquisa e aqueles apresentados por Costa Neves, mas o sentido de sua interpretação é o mesmo. Encontramos até o final de 1959 um total de trezentos e oitenta e três petroleiros filiados ao Sindipetro. Em 1960, ano do reconhecimento legal do sindicato, da readmissão dos dois dirigentes e da primeira greve dos trabalhadores do petróleo, entraram mais oitocentos e vinte e sete homens no sindicato. É bom que se diga que esses dados não correspondem à totalidade nem dos trabalhadores da Petrobrás na Bahia, nem dos que se filiaram ao sindicato, o que talvez explique a grande diferença entre os resultados. Mesmo assim, é correta a interpretação de que os eventos de 1960 ajudaram significativamente a ampliar o número de sindicalizações. Quando observamos os meses em que essas entradas aconteceram, os dados são ainda mais esclarecedores. Em julho e outubro de 1960, períodos correspondentes à readmissão dos dois sindicalistas e à mobilização grevista, aconteceram os maiores aumentos no número adesões à entidade. O primeiro mês registrou duzentos e sete e o segundo duzentos e oito filiações.

Em 1961 os diretores do sindicato continuaram preocupados em aumentar o seu quadro social. Na assembléia geral de 29 de maio, José Xavier, tesoureiro da entidade, argumentou que a diretoria precisava se empenhar para empreender uma campanha de sindicalização “mais intensa”²⁵³. A proposta parece ter dado resultado, pois se em 1961 a quantidade total de sindicalizações (seiscentos e setenta e sete) foi menor do que a verificada no ano anterior, quando ela é posta em comparação com o total de empregados contratados pela empresa no mesmo ano (duzentos e quarenta e seis), podemos constatar que boa parte dos “antigos” optou por ingressar no sindicato naquele ano. Julho foi um mês em que ocorreram duzentos e oitenta e cinco filiações, o que representou 42,1% do total realizado no ano. Essas evidências nos ajudam a afirmar que no começo de 1962, a direção do sindicato contava com um apoio amplo de sua base, e tinha acumulado forças para interferir nos rumos da empresa.

²⁵³ Livro de Atas de Assembléias do Sindipetro – Refino, folha 24. Memorial do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petroleiro da Bahia.

4.3 AS O SINDICALISMO PETROLEIRO E AS BRECHAS DO REGIONALISMO

O ano de 1960 trouxe novas perspectivas para os políticos baianos em relação à Petrobrás. O pleito presidencial que aproximava-se trazia a esperança de que as demandas colocadas na Conferência do Petróleo, de janeiro de 1959, viessem, enfim, a ser aceitas pelo governo federal. O sentimento regionalista continuava forte e não passou batido pelos dirigentes sindicais. Ele acabou incentivando suas práticas sindicais pelo menos até o ano de 1962. As pesquisas sobre a história dos primeiros anos do sindicalismo petroleiro na Bahia, realizadas até então, notaram a presença do discurso regionalista naquele período, mas não demonstraram como os representantes sindicais agiram sob sua influência, aproveitando-se de parcelas de seu discurso para obter vitórias políticas. É o que tentaremos fazer a partir de agora, o que nos ajudará a estimar a força do regionalismo e do nacionalismo na formação da identidade sindical da primeira geração dos petroleiros baianos.

O nacionalismo é considerado praticamente de forma unânime como o grande motivador da ação sindical petroleira em todo o país. A fala dos militantes – sejam eles do passado ou do presente – ajuda a construir essa idéia, pois chama atenção para a defesa dos interesses nacionais, a luta a favor do monopólio estatal do petróleo, o espírito de proteção e amor à empresa como uma prática constante entre os trabalhadores da Petrobrás. A estatal transformou-se em um símbolo da capacidade do brasileiro de realizar grandes empreendimentos e os verdadeiros patriotas precisavam defendê-la da ameaça estrangeira. Essas idéias já eram difundidas nas décadas de 1950 e 1960, mas como vimos não eram as únicas. No caso específico da Bahia, regionalismo e nacionalismo caminharam de mãos dadas. Na verdade, a legitimação do Sindipetro/Refino junto à sua base só foi possível porque seus dirigentes conseguiram articular de modo bastante perspicaz essas duas vertentes de discurso político, entrelaçando-as às questões relacionadas ao cotidiano operário e à gestão da força de trabalho.

A política de pessoal da empresa era bastante hierárquica, e as diferenças de tratamento em função da hierarquia era um fato que todos percebiam. Acontece que por conta da origem diferenciada dos trabalhadores do petróleo, os menos qualificados no local de trabalho eram majoritariamente baianos e os chefes, sobretudo os engenheiros, vinham de

várias localidades do país, mas principalmente dos estados do Sul e do Sudeste. A insatisfação dos operários gerada pelas diferenças de *status* e de tratamento tinha correspondência com a insatisfação dos políticos, que diziam que a Petrobrás tratava a Bahia de uma forma e os demais estados de outra. Era como se as relações de trabalho apontassem que a empresa estatal discriminava não só a Bahia mas também os baianos. A constatação feita pelos trabalhadores da Refinaria de Mataripe de que os operários da Refinaria de Cubatão recebiam salários muito superiores que eles reforçou essa tese.

No dia 1º de novembro de 1960 a Refinaria de Mataripe amanhecia parada. Presenciava-se a primeira greve dos trabalhadores do petróleo do Brasil. O estado dos primeiros poços e da primeira refinaria estatal era também o da primeira greve de petroleiros. Tratava-se do movimento batizado de “equipara ou aqui pára”. Os petroleiros baianos cruzaram os braços durante três dias, pleiteando que seus salários fossem pagos seguindo os parâmetros aplicados na Refinaria de Cubatão. Pediam também a revogação da Resolução 27/60, que estabelecia normas de admissão e progressão consideradas insatisfatórias pelos sindicalistas²⁵⁴.

A organização de uma pauta de reivindicações que desembocaria na campanha salarial que levou à greve começara em junho de 1960, quando ainda existia o impasse acerca da readmissão dos dois membros da diretoria do sindicato. De acordo com Oliveira Junior, Osvaldo Marques apresentara à imprensa baiana uma série de demandas na qual estava incluída a questão salarial. Os sindicalistas já tinham notícia da diferença salarial existente entre Cubatão e Mataripe, pois o intercâmbio de funcionários das duas unidades proporcionava o surgimento de informações cruzadas.²⁵⁵

Tudo indica que as articulações para a campanha salarial iniciaram-se imediatamente após a posse efetiva da diretoria. Contudo, as informações registradas nas atas de reunião de diretoria e de assembléia só apareceram em setembro. No dia 10 daquele mês os diretores do sindicato levaram a questão para uma assembléia. Nela, os sindicalistas começam a tentar convencer a base da importância de ações coletivas, por conta disso, sugeriram pleitear o aumento conjuntamente com o Sindipetro/Extração. Osvaldo Marques relatou ainda o episódio recentemente acontecido, quando um grupo de trabalhadores do processamento decidiu solicitar um aumento à chefia e não obteve sucesso, recebendo como resposta que os

²⁵⁴ OLIVERA JR, op. cit., p. 82.

²⁵⁵ Idem, p. 81.

chefes da refinaria aplicavam a “lei da procura e oferta”, logo, se os operários não estivessem satisfeitos deveriam pedir demissão²⁵⁶. Ainda discutindo a questão, Mário Lima expôs a diferença salarial entre Mataripe e Cubatão. Explicou ainda aos presentes que não havia justificativa para tal desnível, uma vez que tratava-se de uma “indústria altamente lucrativa” e que os preços dos produtos vendidos pelas duas unidades eram os mesmos e davam igualmente lucros à empresa. A plenária, seguindo a proposta do operador chefe Giovani Figueredo, deliberou pelo início da campanha de equiparação salarial e pelo envio de um membro do sindicato à cidade paulista para colher maiores informações sobre os salários pagos aos petroleiros naquela localidade²⁵⁷.

Dois dias depois, em reunião de diretoria, realizada na sede do sindicato, Wilson Maranhão, segundo secretário do órgão de classe, foi escolhido para viajar ao estado de São Paulo e obter maiores informações sobre a diferença salarial. No dia 14 de setembro, o dirigente sindical partiu para a sua missão²⁵⁸. Retornando à Bahia no final do mês, Maranhão contou aos seus companheiros como foi sua viagem e relatou a dificuldade enfrentada para coletar os dados que necessitava, pois a possibilidade iminente de uma declaração de greve na Refinaria de Cubatão criou um clima mais difícil para o sucesso da sua empreitada. De todo modo, o Segundo Secretário do Sindipetro/Refino conseguiu anotar várias informações e trouxe consigo alguns envelopes de pagamento, que forneciam uma visão mais completa sobre os padrões salariais da unidade. Contou ainda, que tomou conhecimento, através de conversa com os colegas sindicalistas de Cubatão, de uma circular da empresa que estabelecia “normas reguladoras de concessão de melhoria, promoção, acesso e transferência de função”. Tratava-se do texto que dava origem à Resolução 27/60. Os dirigentes decidiram levar a questão ao conhecimento dos colegas do Sindipetro/Extração para que juntos encaminhassem um “veemente protesto” contra a direção da empresa. Por fim, decidiram levar para a assembléia de 1º de outubro as notícias trazidas pelo segundo secretário²⁵⁹.

Realizada na cidade de Candeias, na própria sede do sindicato, a assembléia começou com a exposição de Wilson Maranhão sobre o que sucedeu em sua viagem e os resultados obtidos por ele. O sindicalista comparou em sua fala o tratamento diferente dispensado aos funcionários das duas refinarias, concluindo que havia em Mataripe um descaso para com os servidores. Após isso, mostrou os envelopes que comprovavam as diferenças de salários,

²⁵⁶ Livro de Atas de Assembléia do Sindipetro, Reunião de 10/09/1960, folha 13A.

²⁵⁷ Idem, folha 14.

²⁵⁸ Livro de Atas de Reunião de Diretoria do Sindipetro – Refino, folhas 17-17A.

²⁵⁹ Idem, folhas. 17A-18A.

considerados um “verdadeiro disparate”. Por fim, Maranhão argumentou que por causa das suas constatações, os trabalhadores de Mataripe deveriam solicitar à direção da estatal a equiparação dos salários das duas refinarias. Osvaldo Marques aproveitou o gancho e propôs que fosse redigido um *ultimatum* à empresa, que deveria dentro de no máximo 72 horas pronunciar-se acerca da reivindicação dos trabalhadores. Após a redação do texto do *ultimatum*, a plenária declarou-se em Assembléia Permanente até que o problema fosse solucionado. No documento os operários diziam que aguardavam dos diretores “uma atitude mais compatível com o problema” a fim de evitar “qualquer medida de caráter mais extremo”²⁶⁰. Em outras palavras, jogavam a responsabilidade de uma possível greve para as mãos da Petrobrás. Só tomariam essa medida extrema de parar o serviço se a empresa não fosse sensível a suas reivindicações.

Os gestores da empresa, diante da situação, tentaram demover os trabalhadores do seu posicionamento inicial. Em reunião ocorrida na manhã do dia 05 do mesmo mês de outubro, na própria sede da superintendência da refinaria, estiveram presentes o superintendente Roque Perrone, dirigentes sindicais e Pinto de Aguiar, diretor de operações da Petrobrás. Os sindicalistas saíram de lá com o compromisso de que Pinto de Aguiar telefonaria para a presidência da estatal com o objetivo de expor as reivindicações dos operários e encontrar uma solução para o impasse. Falando à imprensa, o diretor concordou com as demandas salariais apresentadas pelos trabalhadores, mas afastou a possibilidade de “uma solução imediata para o problema” por causa da descentralização da Petrobrás. Criticou, mesmo assim, a “imposição dos trabalhadores”, pois considerava que a empresa não media esforços para “resolver satisfatoriamente o impasse”²⁶¹. Sugeriu então como alternativa de ação o envio de um memorial, para que a administração central tomasse conhecimento do pleito e julgasse a validade das reclamações. Para ele as reivindicações não poderiam ser postas naqueles termos, afinal uma empresa nacionalista como a Petrobrás tinha características diferenciadas, pois os dirigentes sindicais precisavam entender que a estatal possuía uma direção e não um patrão²⁶².

Os diretores do Sindipetro/Refino reuniram-se, no dia seguinte, com sua base em uma assembléia em Candeias. Devido ao grande número de presentes (1500 segundo estimativa do jornal *A Tarde*) a reunião aconteceu na praça da cidade. Enquanto Pinto de Aguiar recorria ao

²⁶⁰ Livro de Atas de Assembléias do Sindipetro – Refino, 01/10/1960, folhas 15-16A.

²⁶¹ *A Tarde*, 06/10/1960, p. 03.

²⁶² *Jornal da Bahia*, 06/10/1960, p. 03.

nacionalismo para impedir a paralisação, os trabalhadores recorriam ao discurso do movimento regionalista. Os dirigentes do sindicato comparavam “a situação privilegiada do operariado paulista” com as “condições do trabalhador baiano, pioneiro na luta do petróleo no Brasil”²⁶³. Pinto de Aguiar, presente na assembléia, convenceu os trabalhadores a prorrogar o prazo dado à diretoria da empresa, comprometendo-se em encaminhar pessoalmente as reivindicações da categoria ao corpo de dirigentes da Petrobrás. Ganhou um prazo de dez dias e partiu para o Rio de Janeiro com o memorial que expunha a situação dos operários de Mataripe e solicitava a equiparação sindical com Cubatão. A essa altura, os trabalhadores de Mataripe já contavam com o apoio dos seus colegas petroleiros da unidade paulista²⁶⁴. Faltava ainda convencer a opinião pública baiana de que o seu pleito era justo.

Não era uma tarefa fácil convencer a sociedade baiana, através dos seus principais canais de comunicação, que uma greve era o melhor caminho. A imprensa local via com reservas o crescimento das mobilizações operárias. Por isso mesmo, os redatores do jornal *Diário de Notícias* já ensaiavam os primeiros passos contra a paralisação dos trabalhos em Mataripe. A folha dizia, na sua edição de 6 de outubro, que a Petrobrás não poderia “ficar exposta aos qui-pro-cós das discussões salariais”. Alertava ainda para o perfil diferenciado da estatal, que era “o próprio Estado brasileiro no seu orgulho nacional” e que, portanto, não poderia ser tratada pelos seus funcionários como uma empresa privada. Uma Petrobrás parada representaria a suspensão de trabalhos que colaboravam para o crescimento do país. A matéria era concluída com o argumento de que a empresa deveria estar imune a qualquer tipo de pressão vinda de seus operários²⁶⁵.

O discurso se invertia. A imprensa local que em suas campanhas nunca havia se preocupado muito em defender o monopólio estatal do petróleo e o papel estratégico da Petrobrás, ao pressentir a iminência de um movimento grevista e sentir a mobilização de uma categoria profissional, concentrou seus esforços para lembrar que uma paralisação dos trabalhadores daquela empresa seria nociva para os interesses do país. Os sindicalistas, em contrapartida, usavam das armas que já estavam postas para a sociedade baiana há algum tempo. Para eles esse seria o caminho mais curto para convencer a própria base e a opinião pública²⁶⁶. De fato, não era fácil partir para um enfrentamento com a empresa que era o maior

²⁶³ Jornal da Bahia, 07/10/1960, p. 03.

²⁶⁴ Jornal da Bahia, 08/10/1960, p. 01.

²⁶⁵ Diário de Notícias, 06/10/1960, p. 04.

²⁶⁶ Livro de Atas de Reunião de Diretoria do Sindipetro – Refino, folha 19A. Em reunião no dia em que a nota citada a seguir foi publicada, Jaime Araújo, suplente do Conselho Fiscal, sugeriu que fossem colocadas o “maior

símbolo da luta nacionalista. Por isso mesmo, os sindicalistas não abandonaram a defesa da empresa e disseram que uma remuneração justa faria com que os funcionários da estatal no estado da Bahia servissem com mais afinco e dedicação à empresa e conseqüentemente ao país. O foco de seu discurso no momento da greve era, entretanto, o regionalismo. Por isso mesmo, voltaram à imprensa, através de uma nota pública:

“Os trabalhadores que integram o Sindicato dos operadores que servem à Refinaria de Mataripe haviam decidido em assembléia geral reivindicar da direção da Petrobrás equiparação de seus salários aos daqueles que trabalham na Refinaria de Cubatão, em São Paulo. ***Essa atitude representa a necessidade de reparação de mais uma grande injustiça contra a Bahia: o tratamento desigual que a empresa, a todos os títulos, vem atribuindo a nosso Estado, conforme bastante vezes tem demonstrado a Imprensa.*** Por que, exercendo funções idênticas, os trabalhadores de Cubatão ganharem salário superior aos operários de Mataripe?

Essa desigualdade foi demonstrada por este sindicato em memorável assembléia, ao eminente professor Pinto de Aguiar, Diretor de Operações da Petrobrás, quando, visando um entendimento com os trabalhadores, compareceu em Candeias no último dia 6. Do encontro havido, resultou, em atenção à confiança depositada no ilustre dirigente da empresa estatal, deliberassem os trabalhadores adiar a suspensão do serviço que estava prevista para o dia 7, aguardando as providências que o Professor Pinto de Aguiar assumiu o compromisso de tomar perante a Presidência e o Conselho da Petrobrás.

Como não podia esse Sindicato duvidar da palavra leal do notável baiano que dirige um dos setores básicos da companhia, estão os trabalhadores esperando [que] se cumpra a solução dos seus problemas. Pois não querem acreditar [que] venham a ter necessidade de paralisar o trabalho afim de que, ainda desta vez, não se sacrifiquem os baianos.²⁶⁷

Após a viagem de Pinto de Aguiar, o Sindipetro/Refino enviou também seus representantes para a cidade do Rio de Janeiro. Os seus dirigentes queriam acompanhar de perto e interferir de alguma maneira na negociação que se processava na sede da empresa. Luciano Campos e Mário Lima embarcaram no dia 13, levando um novo memorial que seria entregue ao diretor de operações da empresa²⁶⁸. Contudo, ao chegar em seu destino, não conseguiram manter uma comunicação satisfatória com os colegas que ficaram na Bahia, que mesmo assim preferiram não acreditar nas notícias veiculadas pela imprensa local, que davam conta do recuo do sindicato em suas reivindicações. Tal estado levou Manoel Xavier, presidente em exercício, a criticar e lamentar a “situação vexatória” em que se encontrava,

número de notas nos jornais” com o fito de ganharem a “opinião pública”. Tal meta não foi atingida por falta de dinheiro para colocar as notas. Na reunião seguinte do sindicato, os diretores declararam que até mesmo os telegramas enviados aos colegas em viagem foram enviados através de empréstimos dos próprios colegas.

²⁶⁷ Publicada em: O Estado da Bahia, 11/10/1960, p. 04, grifos nossos.

²⁶⁸ Livro de Atas de Reunião de Diretoria do Sindipetro – Refino, folha 19. Jornal da Bahia, 12/10/1960, p. 02.

pois os telegramas enviados por Mário e Luciano pouco satisfaziam e não traziam nenhuma informação consistente, fato que o levava a não saber o que dizer aos associados²⁶⁹.

Apesar da imprensa local, sobretudo *A Tarde*, insistir em informar que o risco de paralisação já estava afastado, os entendimentos entre empresa e sindicato não haviam avançado e a greve parecia inevitável. Por isso mesmo, os dirigentes do Sindipetro/Refino foram a público mais uma vez e reiteraram a iminência da parede. Informaram que os petroleiros continuavam em assembléia permanente e em plena mobilização, pois não ficaram satisfeitos com a resposta “evasiva” da diretoria da empresa. Os sindicalistas disseram ainda que só não haviam declarado a greve até aquele momento porque estavam cientes da “importância [...] para o Brasil” da empresa da qual eram funcionários²⁷⁰. Na mesma oportunidade foi estabelecido o terceiro e último prazo dado à estatal, que vencia no dia 31 de outubro. Caso os trabalhadores não fossem atendidos, parariam as atividades no dia seguinte²⁷¹.

Os dirigentes do Sindipetro/Refino, apesar de empreenderem com todo vigor a campanha em prol da greve e terem conseguido mobilizar os seus filiados, tiveram um revés considerável em seus planos. O Sindipetro/Extração não aderiu à campanha, pois considerava que uma greve naquela conjuntura só enfraqueceria a Petrobrás. Seus dirigentes acreditavam que a equiparação não havia sido concedida porque a empresa não tinha de fato condições²⁷². Mesmo assim, os trabalhadores de algumas localidades da Região de Produção, como Candeias e São Sebastião, a despeito da posição oficial de seu sindicato, ficaram animados com a possibilidade de aumento proporcionada por uma possível greve e participaram das mobilizações

A última tentativa de evitar o movimento grevista aconteceu no próprio dia 31, quando dirigentes da empresa e do sindicato reuniram-se na sede da Delegacia Regional do Trabalho, sob a mediação do delegado substituto Amadiz Barreto. A partes tentaram – sem sucesso – chegar a um denominador comum. Enquanto os sindicalistas, através do seu advogado, afirmavam que aceitariam até mesmo uma equiparação na base de 80%, a superintendência da refinaria não ofereceu mais do que 20%. Na mesma oportunidade, os trabalhadores declararam que pretendiam realizar um movimento pacífico, no qual não haveria desrespeito

²⁶⁹ Idem, folha 20.

²⁷⁰ Jornal da Bahia, 23 e 24/10/1960, p. 06.

²⁷¹ *A Tarde*, 25/10/1960, p. 03.

²⁷² Depoimento de Wilton Valença, já citado.

aos dirigentes da empresa estatal, nem danos ao equipamento, pois qualquer um desses atos seria classificado como anti-patriotismo²⁷³.

Figura 12:

Trabalhadores de Mataripe mobilizados na greve



Fonte: Sindipetro – Jornal, setembro de 1962, p. 06.

Como todas as tentativas de entendimento haviam fracassado e os prazos estavam esgotados, a greve foi, enfim, deflagrada no primeiro dia do mês de novembro de 1960. A superintendência de Mataripe tentou desqualificar o movimento e convencer a opinião pública de que a greve era ilegal. Em nota oficial, divulgada através da imprensa, Roque Perrone garantiu que a empresa havia feito todos os esforços possíveis para evitar o enfrentamento e que o caminho adotado pelos trabalhadores era incorreto, uma vez que não haviam encaminhado a questão para a justiça do trabalho. O superintendente informou ainda que convocara o Exército para intervir a fim de “garantir, não somente o patrimônio” da refinaria, bem como a integridade de “todos aqueles funcionários, técnicos, operários especializados, burocratas auxiliares, etc., que cômicos de seus deveres e suas responsabilidades” decidiram por continuar trabalhando²⁷⁴. Sua posição foi respaldada pelo dirigente da Delegacia Regional do Trabalho, que foi a público e declarou a greve ilegal, argumentando que se tratava de “indústria básica e essencial à segurança nacional” e, conseqüentemente, a suspensão de seus

²⁷³ A Tarde, 01/11/1960, p. 03.

²⁷⁴ Nota Oficial assinada pela Superintendência da Refinaria de Mataripe e publicada nas edições de 01/11/1960 e 02/11/1960 dos jornais A Tarde, Jornal da Bahia e Diário de Notícias.

trabalhos era uma “falta grave”, de acordo com o Decreto-Lei 9070 de 15 de março de 1946²⁷⁵.

A força de mobilização do sindicato era grande e, contrariando as notícias emitidas pela empresa, o primeiro dia de greve foi de grande adesão. Os operários mobilizados avolumaram-se em Salvador, em frente à sede da Petrobrás e foram observados de perto por homens do serviço de vigilância política da polícia baiana. Os engenheiros, por sua vez, foram os únicos que continuaram trabalhando na unidade. Os próprios sindicalistas de Cubatão prestaram solidariedade aos operários baianos, já que vieram ao estado e acompanharam de perto as movimentações. O sucesso foi tão grande que até os moradores da Vila de Mataripe participaram do movimento. Boatos davam conta de que eles não participariam porque temiam perder as “regalias” que gozavam, sobretudo o acesso à moradia. Mário Lima, ao ser perguntado sobre as dificuldades encontradas pela direção do sindicato para a realização da greve lembra:

Demos os prazos e a empresa não apostou. Ameaçaram o pessoal da Vila, eu saí de casa em casa e disse: ó companheiro, a casa é da refinaria, mas na hora que você está morando aqui é o seu lar. Aqui ninguém pode entrar sem autorização sua e de sua mulher. Isso é da lei. Aqui você mora com sua mulher e seus filhos, é seu lar²⁷⁶.

Outro participante da greve, o segurança Raimundo Lopes, ao ser perguntado sobre do que se lembrava do evento, conta que “os moradores da vila prestaram apoio quando fizemos a nossa greve”. Enviavam alimentos, uma vez que os refeitórios também pararam e não podiam servir alimentação aos trabalhadores que estavam parados, mas acampados na usina. Os próprios comerciantes da cidade, ainda segundo o depoente, venderam víveres “fiado” aos grevistas, pois avaliaram que o sucesso da greve e o conseqüente aumento de salário daquela categoria traria um incremento considerável a suas vendas²⁷⁷.

No segundo dia de paralisação a direção da Petrobrás cedeu, e o acordo entre ela e os sindicalistas começou a ser articulado. Os operários mantiveram sua posição inicial, e aceitaram receber salários correspondentes a 80% do que era pago em Cubatão, deixando a discussão da equiparação total para outra oportunidade. Os gestores da empresa aceitaram essa proposta e no dia 2 de novembro foi assinado o acordo que garantiu o retorno das atividades no dia 4 do mesmo mês. Nele, além da garantia relacionada à remuneração, ficava

²⁷⁵ Ofício nº 2262/60 da DRT publicado no Diário de Notícias, 02/11/1960, p. 01.

²⁷⁶ Depoimento de Mário Lima, realizado em 24 de novembro de 2006.

²⁷⁷ Depoimento de Raimundo Lopes, já citado.

acertado que nenhum dos participantes do movimento seria punido pela superintendência e que os dias parados não seriam descontados²⁷⁸.

Os esforços para o sucesso da greve foram muitos. Os sindicalistas sabiam que o conflito aberto numa empresa como a Petrobrás era muito arriscado e que portanto não poderiam permanecer parados por muito tempo, sob pena de perderem o apoio da opinião pública. Além disso, a greve não deveria ser contra a empresa, mas sim em oposição à uma postura inadequada de seus gestores. Tinham completa visão acerca do clima político na Bahia e da tensa relação entre nacionalismo e regionalismo. Não podiam negar nem a um nem a outro. Por isso mesmo, buscaram através de notas na imprensa declarar que a greve defendia tanto a Bahia quanto o Brasil, o que não era tarefa fácil.

A nota posta pelos sindicalistas nos jornais soteropolitanos no segundo dia da greve é um relevante exemplo desse esforço em sintetizar e compatibilizar as duas correntes de pensamento. Intitulada “Greve justa – em nome dos interesses da Bahia”, a nota visava explicar a história do movimento grevista e apresentar os argumentos dos petroleiros de Mataripe. Os seus redatores começaram lembrando que “a Bahia, terra do petróleo brasileiro”, era tratada pela Petrobrás “com a mais iníqua desigualdade”. A empresa era dirigida por “gaúchos, mineiros e paulistas” e só recentemente teve um baiano como membro do seu corpo diretivo. Os dirigentes do sindicato argumentavam que a desigualdade havia atingido também os trabalhadores da Bahia, fato considerado por eles injusto, uma vez que deste estado saía “grande parte do petróleo” refinado em Cubatão.

Exatamente por causa desse “tratamento inferiorizante”, os trabalhadores pleitearam à direção da empresa a equiparação salarial. Como as respostas foram as mais evasivas, decidiram deflagrar o movimento paredista. Eles usavam como exemplo da sua estima pela empresa que sintetizava “o grande patrimônio nacional”, o fato de terem aceito até mesmo recuar em sua reivindicação inicial. Para os sindicalistas, a responsabilidade da greve cabia “à direção da empresa, que por causa de seu anti-patriotismo na solução dos problemas humanos de seus empregados” deixou que a greve acontecesse. Os trabalhadores ponderaram que apesar de seu amor por aquele “símbolo da emancipação econômica nacional”, não

²⁷⁸ Jornal da Bahia, 04/11/1960, p. 01.

podiam abrir mão de acordos que colocassem a Bahia “à altura de seus destinos de região pioneira da indústria do petróleo”²⁷⁹.

O resultado do enfrentamento foi o fortalecimento do Sindipetro/Refino. Os seus dirigentes passaram por uma prova de fogo. Essa vitória foi a primeira de uma série que trouxe grandes ganhos materiais e simbólicos para os trabalhadores do petróleo na Bahia. Os sindicalistas conseguiram demonstrar tanto à direção da empresa quanto à sociedade baiana o grande poder de mobilização que possuíam e de quebra provaram a capacidade de se equilibrar entre duas correntes de pensamento aparentemente inconciliáveis. Não por acaso, a entidade tornou-se um dos mais destacados segmentos do movimento sindical da Bahia.

Do outro lado da trincheira, na Bahia, os esforços para a obtenção de maiores retornos com as atividades petrolíferas continuavam. A eleição de Jânio Quadros em finais de 1960, político afinado com a UDN, partido do governador Juracy Magalhães, animava os políticos e a imprensa local. Até mesmo o *Jornal da Bahia*, o órgão de imprensa soteropolitano mais próximo à esquerda, comemorava em seu editorial de 9 de novembro de 1960 o compromisso “soleníssimo” que o “homem da vassoura” tinha feito com a Bahia: entregar a direção da empresa a um baiano. Segundo o periódico, esse homem não poderia ser, contudo, qualquer um. Precisava além de ser um administrador de competência comprovada, não ter ambições políticas, bem como ser um defensor do monopólio estatal do petróleo, e paralelamente ser um homem “sensível às justas reivindicações deste Estado de melhor participação na riqueza criada com o petróleo de nosso subsolo”²⁸⁰. Em síntese, para os responsáveis pelo *Jornal da Bahia*, defender os interesses baianos era encarnar as demandas articuladas e apresentadas com grande vigor na Conferência do Petróleo.

Jânio, já eleito presidente, entregou a presidência do CNP ao professor Josaphat Marinho, nome que antes era dado como certo para ocupar o controle da Petrobrás. Para o cargo mais cobiçado, quebrou uma tradição estabelecida desde a primeira diretoria da Petrobrás. Nomeou um técnico civil. O engenheiro Geonísio Barroso, até então chefe da Região de Produção da Bahia, tornou-se o primeiro presidente da Petrobrás que não ostentava nenhuma patente militar. O nome agradou os regionalistas, pois Barroso apesar de não ser baiano de nascimento estava estabelecido há muito tempo no estado, e gozava de legitimidade tanto entre as elites políticas locais quanto junto aos trabalhadores do petróleo.

²⁷⁹ *Jornal da Bahia*, 02/11/1960, p. 03.

²⁸⁰ *Jornal da Bahia*, 09/09/1960, p. 02.

As duas nomeações atendiam parte das demandas baianas e outras medidas não tardaram a vir.

Na presidência de Barroso uma antiga reivindicação das “classes produtoras baianas” foi atendida. O percentual referente aos *royalties* pagos aos estados produtores de petróleo subiu de 3% para 8%, o que representava um importante incremento na arrecadação do estado²⁸¹. Sem dúvida, o maior e mais polêmico passo de Jânio foi o que pretendia mudar a sede da Petrobrás para a Bahia. De acordo com Oliveira Junior, em julho de 1961 Jânio começou a tomar as providências para que no início do ano seguinte a sede da empresa já estivesse estabelecida em Salvador. Manifestações de apoio pipocaram na capital baiana. Matérias, notas públicas, comícios e discursos inflamados davam o tom da “alegria geral” que se instalava entre as classes dominantes e até mesmo em parte do movimento social baiano²⁸².

O Sindipetro/Refino observou o problema e acabou optando pela não adesão. Mário Lima, então secretário da entidade, conta que especulou quando pediram sua opinião sobre o assunto:

“Eu cheguei pra eles e disse uma coisa que era absurda à época: Já pensou se o Rio de Janeiro se tornar o maior produtor de petróleo do Brasil? Aí a gente vai ter que transferir a sede pra lá novamente?”

No fim das contas, hoje o Rio é o maior produtor de petróleo do Brasil (risos). Fomos contra porque a sede já estava estabelecida lá e era ruim para a empresa ficar naquele muda-muda.”²⁸³

A postura corajosa dos sindicalistas demonstra o alto grau de amadurecimento político que a direção do sindicato havia adquirido àquela altura. Não era fácil ficar de fora de uma barca que conseguia congregiar tanta gente diferente. Mesmo assim, os diretores do Sindipetro/Refino mantiveram sua independência e optaram por não apoiar um movimento que lhes parecia um disparate.

O projeto de mudança da sede da empresa da Bahia naufragou com o próprio governo de Jânio Quadros. A renúncia do então presidente da república e a posse de João Goulart no cargo, entre agosto e setembro de 1961, deixaram a situação em aberto, mas não acalmaram os ânimos locais. Novas investidas voltariam a acontecer com o objetivo de garantir que o

²⁸¹ Petrobrás (revista), maio de 1961, p. 05.

²⁸² OLIVEIRA JR, op. cit., pp. 99-100.

²⁸³ Depoimento de Mário Lima, realizado em 11 de julho de 2007.

novo presidente manifestasse seu posicionamento sobre o assunto. Jango, apesar de ter se declarado publicamente a favor da mudança, preferiu deixar o movimento esfriar e acabou conseguindo engavetá-lo.

Novo governo e novos problemas. Apesar de ter seu poder em grande medida limitado pelo parlamentarismo, o presidente recém-empossado tinha a prerrogativa de nomear ministros e dirigentes de estatais²⁸⁴. Pouco tempo depois de sua posse, surgiram, portanto, rumores da exoneração dos dirigentes nomeados por Jânio. No início de dezembro, as especulações eram sobre a saída de Geonísio Barroso da presidência da Petrobrás. A saída do dirigente foi inevitável e se consolidou no quarto dia de 1962. Isso desagradou em cheio aqueles que tanto propagandearam a necessidade de um baiano à frente da empresa estatal. Os dirigentes do sindicalismo petroleiro baiano não ficaram parados e realizaram pela primeira vez em sua história uma assembléia conjunta, na qual associados e sindicalistas das duas entidades discutiram a estratégia de ação a ser empregada para solucionar a crise.

Na assembléia, realizada dois dias após a demissão de Barroso, os petroleiros baianos assumiram uma postura radical. Os dirigentes sindicais consideraram o ministro de Minas e Energia Gabriel Passos culpado pela situação. Segundo Mário Lima, primeiro operário a falar na assembléia, o ministro “não havia cumprido o que ficara combinado, em [sic] só mudar qualquer membro diretor da empresa sob consulta aos trabalhadores”. Como resposta, a categoria deveria demonstrar sua “união” e “força”. Vários foram os oradores que apartearam a fala do Secretário do Sindipetro/Refino, sugerindo que a categoria paralisasse os seus trabalhos “até a solução” do problema. Alencar Ferreira Minho, dirigente do Sindipetro/Extração, reiterou a necessidade de uma ação unida dos dois sindicatos, pois só assim seria possível a vitória. A assembléia deliberou pela greve até que fosse “solucionada a crise com a nomeação do novo presidente”. A decisão foi comunicada aos superintendentes das respectivas áreas, e as medidas necessárias à suspensão dos trabalhos de prospecção e refino de petróleo na Bahia foram logo implementadas²⁸⁵.

Os sindicalistas esforçaram-se para garantir a presença dos trabalhadores no movimento e obtiveram sucesso. Apesar da relutância da Associação dos Engenheiros do Recôncavo em aderir à paralisação, a adesão à greve e às manifestações comandadas pelos sindicatos cresceu nos dias seguintes. No dia 9, aconteceu uma grande passeata do porto à

²⁸⁴ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas:** Alternativas democráticas à crise política (1961-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

²⁸⁵ Livro de Atas de Assembléias do Sindipetro – Refino, 06/01/1962, folhas 63-64.

Praça da Sé que contou com cerca de 5000 participantes. À princípio, setores da própria imprensa local, como por exemplo o jornal *A Tarde*, apoiaram a mobilização, afinal tratava-se da defesa da permanência de uma pessoa ligada à Bahia no comando da empresa. Porém, segundo Oliveira Junior, com o passar dos dias, quando a própria imprensa percebeu que o movimento não tinha uma ligação umbilical com as bandeiras dos “interesses baianos”, a sua posição começou a mudar e a cobertura dos eventos passou a ser menos atenta²⁸⁶.

A greve arrastou-se até o dia 16, mas acabou quando Jango nomeou o advogado Francisco Mangabeira para a presidência da Petrobrás²⁸⁷. Entre os baianos houve uma boa recepção ao novo presidente. Juracy Magalhães, governador do estado, assinalou que se tratava de um “baiano digno e ilustre”²⁸⁸. Outro político baiano, o deputado Nestor Duarte, regozijou-se com a escolha de um homem que tinha “uma grande tradição de vida pública e competência administrativa para continuar”, afinal pelos exemplos do pai e do tio o novo dirigente da estatal tinha condições de fazer “uma boa administração”²⁸⁹. A referência à sua tradição familiar dizia respeito a João Mangabeira (pai) e Otávio Mangabeira (tio), dois expoentes da política local e membros de uma das mais tradicionais famílias baianas. Francisco Mangabeira, porém, apesar da sua “tradição familiar” ligada aos “interesses do estado”, tinha um posicionamento mais progressista e à esquerda do que desejavam os setores da política e da sociedade local que tanto falavam em nome da região. Um breve passeio pela sua trajetória política pode ajudar a revelar essas diferenças.

Seguindo a praxe das famílias tradicionais baianas, Francisco Mangabeira ingressou na vida acadêmica através do curso de Direito. Na faculdade flertou com as idéias comunistas, mas preferiu seguir o caminho do anti-imperialismo de matriz socialista. Participou da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e compôs o seu quadro de dirigentes. Após o fechamento forçado da agremiação, continuou a militância e a vida acadêmica, obtendo o título de doutor em Direito, no ano de 1945, na Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. Dois anos depois adentrou no corpo docente desta mesma universidade e, em 1950, passou a fazer parte dos quadros do Partido Socialista Brasileiro (PSB), mantendo, paralelamente, uma forte ligação com a ação da Igreja Católica no mundo do trabalho, fundando a Juventude Operária Católica (JOC)²⁹⁰. Mangabeira escreveu diversos artigos para

²⁸⁶ OLIVEIRA JR., op. cit. pp. 120-121.

²⁸⁷ O Globo, 17/01/1962.

²⁸⁸ A Tarde, 17/01/1962.

²⁸⁹ Jornal da Bahia, 17/01/1962.

²⁹⁰ Ver: Francisco Mangabeira. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Cd-Rom: CPDOC/FGV.

O Popular (jornal do PSB), nos quais defendia a autonomia nacional frente à Guerra Fria, o monopólio estatal do petróleo e a diretrizes cristãs como forma de superar as desigualdades sociais.

A sua nomeação para o cargo encaixava-se na estratégia de Goulart de garantir a maior quantidade possível de partidos políticos compondo seu governo. Francisco Mangabeira na Petrobrás colocava o PSB no governo do herdeiro político de Vargas. Apesar do apoio baiano, a sua posse foi vista com reservas, desconfiança e até mesmo desaprovação por alguns setores da imprensa e da política brasileira. Tratava-se do primeiro presidente da Petrobrás que não fazia parte dos quadros técnicos da empresa e nem das Forças Armadas. Por não ter ocupado nenhum cargo na administração pública, era considerado inexperiente para tamanha responsabilidade. Além disso, seus posicionamentos eram considerados por alguns como muito à esquerda. Logo após a sua posse, O jornal *O Globo*, porta voz dos grupos conservadores da sociedade carioca, publicou uma matéria em que atacava Mangabeira, dizendo que desde que começaram a cogitar o seu nome para o posto a única coisa que ele havia feito era “repetir, incessantemente, vigorosa profissão de fé nacionalista”. Por outro lado desejava colocar ainda em postos chaves da empresa “dois conhecidos elementos esquerdistas”, que exatamente por causa de suas convicções políticas não teriam condições de ocupar tais cargos²⁹¹.

Na Bahia, o pouco entusiasmo de maior parte da imprensa local, sugere que existiam reservas quanto ao novo dirigente. Mas o caminho estava traçado e as demandas regionalistas teoricamente garantidas. Mangabeira não titubeou e tratou logo de agradar seus conterrâneos. Afirmou que daria ênfase em sua gestão à consolidação da indústria petroquímica no estado, uma antiga reivindicação dos autoproclamados defensores dos interesses da Bahia. Essa era a parte consensual do *script*, faltava a parte mais polêmica. O primeiro presidente socialista da Petrobrás teria que desagradar muita gente para agradar os trabalhadores e sindicalistas.

A presença do recém-empossado presidente da Petrobrás no encerramento da I Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, realizada entre os dias 19 e 21 daquele mesmo mês de janeiro, na cidade de Salvador, ajudou a aguçar as desconfianças existentes em relação às suas posições tidas como muito à esquerda. Sua ida ao conclave foi uma forma de firmar um pacto com os sindicalistas, que acabou sendo fundamental para sua conturbada permanência frente à estatal. A crise, encerrada no ato da posse do novo

²⁹¹ O Globo, 19/01/1962.

presidente, serviu para demonstrar a capacidade de mobilização dos petroleiros baianos. Seus dois sindicatos, sobretudo o Sindipetro/Refino, em seu breve período de existência já eram forças políticas que não podiam ser desprezadas e que adotaram como estratégia de crescimento a inserção no jogo de poder da própria empresa. Naquela conjuntura, para qualquer um que ocupasse a direção da empresa era indispensável negociar com eles e satisfazer alguns de seus desejos. Francisco Mangabeira adotou o caminho de aproximação com os sindicatos como estratégia para equilibrar-se na complicada correlação de forças tanto da empresa quanto da política nacional.

Ao chegar na Bahia, no dia 19 de janeiro, Mangabeira deu importantes sinais de como seria sua postura a partir de então. Ao ser perguntado o que faria em relação aos grevistas, disse que respeitava o direito de greve dos trabalhadores, desde que esta fosse decretada e realizada dentro das assembléias gerais de seus órgãos de classe. Quando o assunto passou a ser a transferência da sede para o estado o presidente desconversou. Afirmou que a transferência era “aceitável, defensável e justa”, mas que para os interesses da Bahia e do Brasil isso não poderia acontecer de forma precipitada. Lembrou que esse procedimento implicaria em um alto investimento imobiliário para remover até Salvador os cerca de 1500 familiares de funcionários que cuidavam da administração da empresa. Para ele, os recursos deveriam ser concentrados em um outro projeto, a indústria petroquímica²⁹².

Mangabeira, em sua participação no evento promovido pelos petroleiros, voltou a manifestar sua afinidade com os sindicalistas. Declarou que concordava inteiramente com a declaração de princípios aprovada no conclave, reiterando que “procuraria, dentro do possível, seguir as diretrizes” nela traçadas. Voltou ainda a falar do seu interesse em conceder a equiparação total dos salários entre baianos e paulistas, bem como aproveitou para reforçar os seus interesses em reformular a direção da empresa, concedendo, inclusive, o direito dos trabalhadores indicarem três membros para fazer parte da alta direção²⁹³.

Não nos surpreende o fato de que as tensões entre a posição do novo dirigente e as camadas mais conservadoras da sociedade brasileira já começassem a se anunciar. O jornal *O Estado de São Paulo* criticou a sua fala sobre os acordos entre Brasil e Bolívia (Acordo de Roboré²⁹⁴), dizendo que sua afirmação dava a “medida da incapacidade e da tendência

²⁹² Diário de Notícias, 20/01/1962.

²⁹³ Jornal da Bahia, 22/01/1962.

²⁹⁴ Acordo assinado entre brasileiros e bolivianos em 1958, que autorizava o Brasil a realizar prospecção de petróleo em território boliviano. O acordo previa que a Petrobrás deveria aplicar capitais para apoiar as empresas privadas brasileiras que operassem na Bolívia.

esquerdizante do Sr. Mangabeira”²⁹⁵. Definia-se um foco de tensão que ficaria mais explícito alguns meses mais tarde quando a maior parte da imprensa e os técnicos e engenheiros da Petrobrás passaram a fazer uma forte oposição ao presidente da empresa, que compôs junto com os sindicalistas, sobretudo os baianos, um bloco de disputa que mudou os rumos das próprias relações de trabalho dentro da empresa. Contudo, para entendermos melhor essa questão, precisamos voltar ao ano de 1961.

4.4 O CAMINHO PARA AS INTERVENÇÕES SINDICAIS NO MUNDO DO TRABALHO

As pressões por mudanças na forma de relacionamento entre trabalhadores e chefes, e até mesmo pela substituição de homens de comando das unidades da Petrobrás na Bahia ganharam corpo como uma demanda de seus sindicatos e faziam parte das rivalidades advindas do próprio mundo do trabalho petrolífero. Antes das alterações na administração, provenientes da nomeação de Francisco Mangabeira para o comando da empresa, as reclamações contra os chefes já apareciam nas assembleias do Sindipetro/Refino. Em agosto de 1960 o auxiliar de operador Milton Oliveira queixou-se contra o dr. Lauro Lustosa, chefe do Posto Médico da Refinaria. De acordo com o autor da denúncia, por culpa do médico o serviço de saúde da refinaria era insuficiente, e o Dr. Lustosa ainda punia os seus servidores “em demasia e sem fundamentos”²⁹⁶. O caso foi confirmado por outros colegas e os dirigentes sindicais comprometeram-se a levá-lo à superintendência. Um mês depois, em uma nova assembleia, Osvaldo Marques informou aos presentes que o próprio denunciado havia pedido demissão, após o início da apuração dos fatos pela superintendência²⁹⁷.

Numa outra assembleia, ainda em 1960, Mário Lima informou aos associados o pedido de demissão do Sr. Antonio Firmino, chefe do setor administrativo da refinaria. Aproveitou a ocasião para alfinetar os seus superiores, afirmando que o funcionário que acabava de pedir desligamento era um exemplo de relações humanas, diferentemente “da maioria dos demais chefes da Petrobrás”, que tratavam os seus comandados de forma

²⁹⁵ O Estado de São Paulo, 27/01/1962.

²⁹⁶ Livro de Atas de Assembleia do Sindipetro – Refino, folha 12.

²⁹⁷ Idem, folha 13, Assembleia de 10/09/1960.

ultrajante²⁹⁸. As perseguições pareciam ser uma regra e os sindicalistas contavam, na primeira edição de seu jornal, que após a greve de novembro de 1960 alguns dos participantes estavam sendo perseguidos pela superintendência. O texto contava que “de nada adiantou [...] para o Sr. Superintendente e os Srs. Chefes de Serviço (com raríssimas exceções) a ratificação de um acordo onde [...] deveria de haver um maior entendimento e melhor compreensão por parte da administração e empregados”. Sem alternativa, uma vez que “vêm se sucedendo, punições injustas, ameaças” com a intenção de vingança contra “aqueles que foram forçados a usar da medida extrema”, os trabalhadores não tinham outra saída senão “fazer prevalecer” os seus “direitos quando espezinhados e achincalhados”. Lembravam, por fim, o exemplo da greve para garantir que a união da categoria impediria a permanência desses fatos²⁹⁹.

Na mesma edição do jornal existia outro ataque a um desses chefes malquistos. O Tenente Raimundo Cruz, chefe da vigilância, era acusado de “usar métodos de caserna para uma organização de vigilantes civis”. Além disso, voltava à baila a questão das punições, aplicadas, segundo o jornal, sem nenhum critério a não ser a preferência pessoal dos superiores³⁰⁰. Com isso, os sindicalistas preparavam, na verdade, o caminho para uma investida mais ousada em relação aos chefes de Mataripe e, conseqüentemente, sobre o seu sistema de poder. Era, inclusive, uma forma de se resguardarem de medidas como aquelas ocorridas com Osvaldo Marques e Mário Lima, quando da posse de ambos como diretores do sindicato. Os sindicalistas procuraram atingir então os mais altos pontos do comando da unidade.

O momento certo para a investida surgiu em maio de 1961 quando os deputados membros de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, responsável por apurar problemas na administração da Petrobrás, desembarcaram em Salvador³⁰¹. Eles ouviriam autoridades do estado e os superintendentes das atividades da Petrobrás na Bahia com o objetivo de apurar supostos problemas relacionados à ampliação das duas áreas de operação da estatal no estado. Não sabemos porque no meio das investigações foram ouvidos também os representantes dos trabalhadores do petróleo, mas é certo que a fala dos sindicalistas foi dedicada a atacar os gestores da refinaria. O depoimento do secretário do Sindipetro/Refino foi considerado “um libelo contra a direção de Mataripe”.

²⁹⁸ Idem, folha 16, Assembléia de 01/10/1960.

²⁹⁹ Sindipetro (jornal), janeiro de 1961, pp. 1-2.

³⁰⁰ Idem, p. 4.

³⁰¹ A CPI surgiu de um desentendimento entre as diretorias da Petrobrás e do CNP, que ganhou força em 1960. A sua intenção era investigar acordos e projetos assinados pela estatal e a vinda à Bahia tinha como meta conhecer os problemas do projeto de Mataripe e os resultados da Região de Produção.

Nele, Mário Lima relatou problemas semelhantes aos que eram apontados pela extinta imprensa comunista do estado, e que comumente apareciam nas assembleias do sindicato e em seus jornais. Contou aos parlamentares que havia um clima de descontentamento entre os trabalhadores porque suas reclamações não eram acolhidas pela chefia, que as considerava, de um modo geral, como atos de indisciplina. Isso resultava em punições excessivas que tinham por meta afastar os servidores da empresa ao invés de corrigi-los. Como decorrência, o trabalhador não se via estimulado a defender a empresa, o que acabava difundido entre eles uma “descrença no monopólio estatal do petróleo”³⁰². Os principais responsáveis por esse quadro, de acordo com o sindicalista, eram os chefes de seção e o próprio superintendente Roque Perrone, que se beneficiavam do sistema³⁰³. Segundo reportagem do *Diário de Notícias*, o clima de desrespeito com que os gestores da empresa tratavam os trabalhadores pôde ser percebido na própria sessão em que o depoimento do sindicalista foi colhido, quando um “chefe de importante setor”, que se dirigiu ao secretário do sindicato, chamando-lhe de “débil mental na presença dos deputados da CPI, jornalistas, etc”³⁰⁴. Essa ofensa caiu como uma luva para o interesse dos sindicalistas, que certamente usaram-na como prova do desrespeito com que eram tratados os trabalhadores.

O sindicalista concentrou suas críticas, contudo, na situação do refeitório dos trabalhadores. Além da qualidade da comida servida, informou que ele estava localizado muito próximo de onde estava armazenado o fenol, o que representava um risco à integridade física dos trabalhadores. Suas palavras foram suficientes para convencer os deputados a fazer uma visita à área de produção da refinaria, a fim de constatar a veracidade das queixas apresentadas. Seguindo a sugestão do líder sindical, os parlamentares convidaram um médico sanitarista para verificar se as condições de salubridade do local correspondiam àquelas descritas no depoimento.

Na visita, realizada no dia 27, os deputados declinaram do convite para almoçar no Hotel de Mataripe³⁰⁵. Preferiram fazer a refeição junto aos trabalhadores, como mais uma forma de apurar as denúncias. Os servidores, ao verem os deputados chegarem acompanhados de diversos jornalistas, fizeram questão de procurá-los para informar “que a comida daquele dia não era igual a que normalmente recebiam: estava muito melhor; o refeitório tinha sido na

³⁰² Jornal da Bahia, 26/05/1961, p; 01.

³⁰³ Estado da Bahia, 26/05/1961, p. 02.

³⁰⁴ Diário de Notícias, 28 e 29/05/1961, p. 03.

³⁰⁵ Local onde ficavam hospedados os engenheiros em visita à unidade, ou os solteiros que trabalhavam lá.

tarde anterior esfregado e limpo a vassoura”³⁰⁶. A estratégia da superintendência de “maquiar” o refeitório parece que não surtiu efeito, uma vez que o médico José Santiago, levado pelos parlamentares para fazer a inspeção do local, acabou condenando-o. Os membros da CPI constataram que o refeitório estava realmente localizado na área indicada pelos sindicalistas, o que reforçava as denúncias feitas. Por fim, observaram ainda algumas áreas da produção industrial e os alojamentos, onde constataram a insuficiência de leitos e a superlotação de alguns quartos³⁰⁷.

A situação da Superintendência de Mataripe não era das melhores. O deputado federal Seixas Dórea (UDN) afirmou à imprensa que aconselharia o então presidente da Petrobrás, Geonísio Barroso, a afastar Roque Perrone do cargo de superintendente. Para o parlamentar, dois motivos confluíam para a insustentabilidade do químico no posto de ocupava. Primeiro, por suas supostas ligações com empresas que prestavam serviços à estatal e segundo por conta das denúncias apresentadas pelos trabalhadores, muitas delas confirmadas no decorrer da investigação.

Os dirigentes do Sindipetro/Extração também foram convidados a depor e mesmo sem querer, conseguiram piorar a situação de Roque Perrone. Wilton Valença, presidente do referido órgão, procurou demonstrar que não havia problemas daquela ordem na Região de Produção, poupando os chefes de lá das críticas desferidas pelos seus colegas da refinaria. Para ele, eram “boas as relações entre operários e chefes, existindo apenas pequenas incompreensões restritas a determinados elementos remanescentes do CNP”. Segundo o líder sindical, o problema estava restrito a alguns chefes que advinham das usinas de açúcar, e que eram, portanto, “excessivamente autoritários”, mas afirmou que essas atitudes eram isoladas e reprovadas pela superintendência, que buscava resolver os problemas com os operários “mediante entendimento”³⁰⁸.

Embora ao falar de chefes autoritários oriundos das usinas de açúcar os diretores do Sindipetro/Extração tenham colaborado com seus companheiros do refino, não é exagero supor que não tenha sido essa a sua intenção, pois sua postura em relação ao enfrentamento com os dirigentes era, de um modo geral, muito mais recuada do que a adotada pelos colegas do refino. Considerados pela maioria dos contemporâneos como adeptos de um sindicalismo que evitava o enfrentamento, os sindicalistas da extração volta e meia eram criticados pelos colegas do refino, pois não encamparam algumas lutas encabeçadas pelo pessoal de Refinaria.

³⁰⁶ Diário de Notícias, 28 e 29/05/1961, p. 03.

³⁰⁷ Jornal da Bahia, 28 e 29/05/1961, p. 01; A Tarde 29/05/1961, p. 03.

³⁰⁸ A Tarde, 27/05/1961, p. 03.

Talvez por isso, cerca de um mês após as declarações de Valença, um associado do Sindipetro/Refino pediu aos colegas que evitassem fazer críticas à diretoria do outro órgão de classe, “pois as mesmas poderiam ser mal entendidas e provocarem a divisão entre as duas categorias de trabalhadores”³⁰⁹. Essa insatisfação se desenvolveu certamente com a decisão do Sindipetro/Extração que, como vimos, não apoiou a greve de novembro de 1960.

No que diz respeito às denúncias formuladas pelos sindicalistas de Mataripe, o certo é que sua principal intenção era derrubar o superintendente Roque Perrone, que respondeu passando listas e tentando levar alguns operários para o seu apoio, supostamente através do oferecimento de algumas vantagens pessoais. Os sindicalistas, nas assembléias posteriores às denúncias na CPI, alertavam os colegas para a prática da superintendência, aconselhando-os a não assinar nenhum tipo de lista sem a devida recomendação do sindicato. De volta de uma viagem ao Rio de Janeiro, realizada ainda em junho de 1961, Flordivaldo Dultra, Mário Lima e Osvaldo Marques afirmaram ter ouvido da direção da empresa que seus membros estavam insatisfeitos com a administração da refinaria e que logo Roque Perrone seria substituído. Restava a todos “esperar e confiar nas suas providências que agora já se podiam concretizar”³¹⁰.

A questão da substituição dos chefes, porém, perdeu força no restante de 1961 e só voltou a aparecer após a posse de Francisco Mangabeira. Em fevereiro de 1962, o órgão de imprensa *O Jornal* noticiava que o presidente da Petrobrás falava de uma tensão nas unidades baianas, que necessitava de grande cautela para ser solucionada. Segundo o presidente, se o caso não fosse resolvido com muito cuidado ocorreriam sérios problemas. O problema estava relacionado à possível substituição do superintendente da Região de Produção, fato que interessava aos engenheiros e desagradava os operários³¹¹.

Como era de se prever, a mudança na direção da empresa, ocorrida no início daquele ano, criara expectativas em relação à reformulação dos quadros de comando. De um lado estavam os sindicalistas, principais apoiadores do novo presidente, que se sentiram mais à vontade para articular a substituição dos chefes indesejados. Do outro lado, estavam os engenheiros da primeira geração, os “falcões”, grupo que havia estabelecido uma relação mais

³⁰⁹ Livro de Atas de Assembléia do Sindipetro – Refino, 03/07/1961, folha. 41.

³¹⁰ Idem, 10/16/1961, folhas 30A-31.

³¹¹ O Jornal, 23/02/1962.

personalista, “homem a homem”, e que via com maus olhos as modificações impostas pelo novo presidente³¹².

Em maio, o clima da empresa voltou a esquentar. Os petroleiros baianos naquele intervalo de tempo haviam conseguido importantes avanços, como a assinatura do acordo que garantia a equiparação total com os salários pagos em Cubatão. O chefe de compras do Escritório de Salvador (ESSAL), Jonatas Simples, fora afastado para a realização de uma investigação sobre supostas irregularidades em suas atividades³¹³. Era um sinal de que os chefes estavam na berlinda, o que os impeliu a adotar procedimentos mais radicais contra o novo mandatário. Para isso, receberam a ajuda proveniente do clima de insatisfação que tomava conta de segmentos da sociedade brasileira. Começavam a surgir denúncias de incompetência administrativa da gestão Francisco Mangabeira. A instabilidade atingiu seu clímax com a “crise dos técnicos”, ocorrida no final de maio. Este foi o momento máximo das divergências dentro da estatal durante a direção do socialista.

A 8 de maio a Sociedade de Engenheiros do Petróleo do Recôncavo publicou, através do jornal *Folha de São Paulo*, um documento no qual tecia críticas à gestão da empresa estatal. Os seus membros diziam-se decepcionados com o presidente, pois o mesmo havia assumido o compromisso de “restabelecer um clima sadio de trabalho”, e o que observavam era a interferência de “determinadas correntes políticas ou grupos”, fato que levava a administração da empresa a seguir caminhos “exatamente opostos” daqueles que os engenheiros esperavam. A entidade reclamava dos critérios de substituição dos técnicos e da falta de punição ao diretor do ESSAL que fora afastado no mês anterior³¹⁴. A queixa foi o prenúncio de uma enxurrada de críticas que resultariam na mobilização da maior partes dos engenheiros da empresa com o notório objetivo de derrubar o presidente.

No final do mês, trinta técnicos graduados e engenheiros colocaram à disposição da diretoria os cargos que ocupavam. Na Bahia, os demais profissionais de nível superior comprometeram-se a não assumir os cargos que se tornaram vagos em suas unidades. Outro manifesto surgiu em meio à crise. Dessa vez assinado por cinco associações de engenheiros da Petrobrás, o texto pedia a deposição imediata não só do presidente como dos diretores da empresa nomeados por ele³¹⁵. O seu argumento era que grupos externos aproveitavam-se de

³¹² SCALETSKY, op. cit., p. 39.

³¹³ Diário de Notícias, 08/04/1962.

³¹⁴ Folha de São Paulo, 08/05/1962.

³¹⁵ Assinaram o manifesto “Dos técnicos da Petrobrás à nação” as seguintes entidades: Sociedade dos Engenheiros do Petróleo da Amazônia, Associação dos Técnicos da Petrobrás do Nordeste, Sociedade dos

uma pessoa “de ideais gerais nacionalistas” para prejudicar a estatal, pois essa pessoa não tinha “condições emocionais de firmeza e coerência” e carecia de “um mínimo de capacidade de direção industrial de alto nível”. A crise só poderia ser resolvida, segundo suas ponderações, através da constituição de uma comissão que contasse com participação das associações de técnicos e dos sindicatos dos trabalhadores da Petrobrás. O manifesto conclamava, por fim, “todo o povo brasileiro” a se mobilizar em torno da defesa da sua maior e mais importante empresa³¹⁶.

A resposta dos petroleiros não tardou a surgir³¹⁷. Em nota datada de 24 de maio, os dirigentes dos sindicatos operários argumentaram que a solicitação de demissão coletiva do pessoal de “Grupo 1 e 2” não tinha outra motivação senão “desviar a atenção dos verdadeiros problemas” que atingiam a Petrobrás. Os sindicalistas repudiaram a “solução simplista” de substituir o presidente como forma de pôr fim à crise. O então mandatário da empresa, segundo os sindicalistas, estava sendo prejudicado pelas artimanhas dos grupos petrolíferos internacionais³¹⁸. Na verdade, o que motivava uma defesa tão entusiasmada do presidente era o canal de diálogo aberto em sua gestão, que eles nunca haviam tido em outras administrações. Segundo Jair Brito, ex-sindicalista e militante do PCB transferido do Rio de Janeiro para a Bahia em 1962, o prestígio dos dirigentes sindicais com a base e com a direção da empresa mudara muito desde a posse de Francisco Mangabeira:

“Depois do movimento sindical e que o presidente Otávio Mangabeira [troca o nome de Francisco Mangabeira com o do seu tio famoso] assumiu era muito beleza, você convocava uma assembléia e o sindicato era casa cheia[...].

No plano interno nós ficamos donos do pedaço, no poder, então chefia era com a gente. Se ‘nêgo’ não fosse de esquerda, não assumia chefia não. Então a turma da direita vivia assim ó [passa do dedo no pescoço] com a gente. Diretor da Petrobrás, companheiro, ele consultava a gente.³¹⁹”

O entusiasmo do sindicalista em relação a esse período contrasta com o ressentimento de figuras que antes possuíam mais influência. Aldo Zucca, engenheiro de destaque na Refinaria de Cubatão, lembra que nunca conseguiu falar com Mangabeira pessoalmente, “mas ficando nas ante-salas [...] via o entrar e sair de líderes sindicais [...] como se fossem

Engenheiros do Petróleo do Recôncavo, Associação dos Engenheiros da Petrobrás nos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e Associação de Pessoal de Nível Universitário da Petrobrás do Estado de São Paulo.

³¹⁶ Jornal do Brasil, 26/05/1962. Centro de Estudos Baianos (UFBA), Coleção Pinto de Aguiar.

³¹⁷ Assinaram o documento “Advertência às autoridades e ao povo – nova crise da Petrobrás” os seguintes sindicatos: Refino da Bahia; Extração da Bahia; Refino de Cubatão; Extração do Pará, Amazonas e Maranhão; Refino do Rio de Janeiro e Guanabara; Extração de Alagoas; Refino de Duque de Caxias.

³¹⁸ Diário de Notícias, 27/05/1962.

³¹⁹ Depoimento do dirigente sindical Jair Pinto de Brito, lotado no Complexo Petroquímico do Estado da Bahia e transferido do Rio de Janeiro para a Bahia em 1962. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 26 de junho de 2006.

pessoas de grande familiaridade, de grande poder dentro dos gabinetes”³²⁰. Esse ressentimento com a nova forma da estatal relacionar-se com os dirigentes dos sindicatos operários deve ter atingido muitos dos engenheiros baianos.

Figura 13:

Reunião entre Mário Lima, Francisco Mangabeira e Wilton Valença.



Fonte: Acervo pessoal de Wilton Valença.

Como resultado da crise dos técnicos, Mangabeira balançou mas não caiu. Manteve-se no cargo e continuou suas reformas, aproveitando para dar mais espaço ainda aos sindicatos dos trabalhadores. As mudanças de chefias, ocasionadas pela crise dos técnicos, engendraram novos tempos nas relações de trabalho, nas quais os sindicatos não escaparam das contradições e dos conflitos inerentes à responsabilidade de assumir a co-participação nas arestas cotidianas da gestão do mundo do trabalho.

4.5 AUGE, CONTRADIÇÕES E FIM DA “ERA DE OURO”

³²⁰ Depoimento de Aldo Zucca. Apud: SCALETSKY, op. cit. pp. 38.

Em Mataripe, o principal desdobramento da crise dos técnicos foi a ascensão de Jairo José Farias ao cargo de superintendente. Nascido em Maceió, Jairo fez os estudos secundários em sua cidade natal, mas a fim de cursar o ensino superior migrou para a Salvador, onde formou-se em Arquitetura pela então Universidade da Bahia. O arquiteto tornou-se peça-chave no jogo de poder entre os petroleiros e a sociedade baiana. Foi considerado, pelos órgãos de investigação, o responsável pela “bolchevisação” que supostamente ocorria nas unidades locais da Petrobrás. Por causa dessa imagem, passou a ser alvo tanto da imprensa local, que constantemente publicava matérias atacando-o, quanto dos órgãos de repressão oficial, que começaram a seguir seus passos e a investigar sua vida. Em relatório de junho de 1963, os agentes de polícia apresentaram-no como “comunista desde os tempos de ginásio” em Maceió, tendo atuado no movimento estudantil universitário, destacando-se na “comunização” da Faculdade de Arquitetura na qual foi presidente do Diretório Acadêmico. Segundo os investigadores, Jairo era um homem “incompetente e desleal, [...] freqüentador assíduo das reuniões do PC”. Em outras palavras, seguindo o linguajar policial da época, tratava-se de um elemento “perigoso, agitador e subversivo”³²¹. Por isso mesmo, deveria ser visto com maus olhos pela sociedade e vigiado pelos guardiões da ordem pública.

Outras descrições faziam um retrato menos assustador do arquiteto. O Jornal de Mataripe, em sua edição de agosto de 1963, contava sua vida estudantil, na qual atuou como militante da campanha do *Petróleo é Nosso*³²². Depois de formado, ainda segundo o jornal, Jairo trabalhou em sua cidade natal em importantes projetos da administração pública e já na Bahia ingressou na refinaria em 1957, para trabalhar em suas obras de ampliação. Segundo suas próprias palavras, “trabalhava muito” e exatamente por isso ascendeu na hierarquia de seu local de trabalho³²³. Jairo Farias começou como um “simples arquiteto” e logo galgou espaços mais importantes dentro da unidade, passando à chefia do Serviço de Obras e mais tarde à Assistência Especial da Superintendência, tornando-se superintendente “por indicação de três mil operários e unanimidade dos líderes sindicais do país”. Nas palavras do Sindipetro/Refino, ao assumir o posto presenciou “a maior manifestação de apoio já prestada a um superintendente na Bahia”³²⁴.

³²¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo: Polícias Políticas, pasta: 5, folha: 33.

³²² Jornal de Mataripe, 01/08/1963, página 03.

³²³ Depoimento de Jairo José Farias, já citado

³²⁴ Jornal de Mataripe, 01/08/1963, página 03.

Figura 14:

Jairo José Farias



Fonte: Jornal de Mataripe, 1º de agosto de 1963.

Jairo Farias era sem dúvida um homem de confiança dos sindicalistas e trabalhadores de Mataripe. Foi ele o responsável pela elaboração e execução de um dos mais importantes símbolos da melhora no tratamento dispensado aos servidores daquela unidade: o novo refeitório. Em assembléia, realizada em 27 de junho de 1962, logo após sua nomeação, o sindicalista Crispim Hipólito com o objetivo de evitar “problemas para o sindicato” pedia aos colegas que passassem a agir com “bom comportamento e disciplina”, pois aquela era “uma chefia escolhida pelo órgão de classe”³²⁵. Na mesma assembléia, surgiu um importante sinal da principal mudança que seria implantada na superintendência de Jairo. O mecânico Antonio Souza perguntou aos dirigentes qual seria a solução para os problemas relacionados à promoção dos servidores de Mataripe. O sindicalista Luciano Campos respondeu, afirmando que a questão não seria resolvida enquanto existisse a “famigerada comissão tipo 5x1, isto é, 5 elementos da chefia e 1 do sindicato”. Apontava como solução a constituição de uma comissão paritária, na qual, em caso de empate, o voto de minerva seria do superintendente.

Essa proposta de co-participação no gerenciamento de questões relacionadas ao cotidiano de trabalho e a problemas imediatos, consubstanciada nas comissões paritárias, foi a alternativa vislumbrada pelos dirigentes sindicais para solucionar parte dos temas que

³²⁵ Livro de Atas de Assembléia do Sindipetro – Refino, folha XX, Assembléia de 27 de junho de 1962.

afligiam a sua base nos anos iniciais do trabalho com o petróleo em terras baianas. A preocupação com as formas personalistas de exercício de poder no ambiente de trabalho, baseada em uma grande autonomia dos chefes para punir, premiar, rebaixar ou promover os operários, moveu os sindicalistas a proporem as comissões paritárias para enquadramento e disciplina da força de trabalho. Eram mais duas medidas que limitavam o poder dos engenheiros.

A Comissão Paritária de Disciplina da Refinaria de Mataripe, instalada por Jairo Farias a pedido de Mário Lima (eleito presidente do Sindipetro/Refino em maio de 1962³²⁶) foi, certamente, a mais importante iniciativa para as reconfigurações nas relações de trabalho na indústria do petróleo baiana. Oficializada em 13 de setembro daquele mesmo ano, através da Ordem de Serviço 21/62, era composta por dois representantes da refinaria e dois representantes do sindicato. Seu objetivo era “examinar todos os casos de irregularidades ou indisciplinas cometidos por servidores”. O superintendente afirmou que a comissão garantiria a “manutenção da harmonia entre os servidores”, e aperfeiçoaria “as melhores relações humanas” no ambiente de trabalho. Segundo Jairo Farias, a comissão além de preservar a autoridade do chefe, protegeria os trabalhadores “contra injustiças”. Caberia a ela examinar todas as querelas surgidas nas relações de trabalho, ouvindo as partes envolvidas e encaminhando seu veredicto para a direção da refinaria, que só se pronunciaria em caso de discordância entre os seus membros, exercendo o direito de arbítrio sobre o assunto³²⁷.

Inspirados pelo exemplo de Mataripe, os sindicalistas da Extração, comandados por Wilton Valença, também instalaram o sistema de comissões paritárias na Região de Produção. Isso aconteceu exatamente onze meses após a iniciativa pioneira da refinaria. Na solenidade de instalação, Wilton Valença comemorou a novidade que viria “distribuir justiça” e acabar com as demissões injustas que tanto envergonhavam a empresa³²⁸.

Na edição de dezembro do seu boletim informativo, os dirigentes sindicais da extração fizeram algumas recomendações aos seus associados lotados no campo de Mata de São João, com o objetivo de evitar desentendimentos entre estes e a empresa. Os redatores do boletim ponderavam que muitos empregados cometiam faltas pelo “desconhecimento de

³²⁶ A chapa vencedora, encabeçada por Mário Lima e que contava com Osvaldo Marques de Oliveira na tesouraria saiu vencedora com 93% dos votos. Concorreu com mais duas chapas, uma composta por membros da AP e outra pela POLOP. Ver: OLIVEIRA JR, op. cit., pp. 124-128.

³²⁷ Ordem de Serviço, 21/62, publicada no Sindipetro (Jornal) de setembro de 1962.

³²⁸ Boletim informativo do Sindipetro – Extração, 15/09/1963, p. 03.

normas e instruções da empresa”. As instruções tinham como objetivo, portanto, impedir que tais deslizos acontecessem. O texto explicava pontos referentes ao direito de folga em virtude de falecimento de familiares, casamento e nascimento de filhos, instruía qual o procedimento necessário em caso de doença e negava a possibilidade de troca de turno (cambalacho) sem a permissão da chefia³²⁹.

Percebemos nas entrelinhas do documento que existia uma preocupação dos sindicalistas em não perder o controle da situação. É correto supormos que os trabalhadores passaram a acreditar que com a instalação da comissão não haveria punição para as suas faltas. Afinal, deixavam de ser julgados exclusivamente pelos engenheiros e passavam à responsabilidade compartilhada entre estes e os próprios colegas, membros do sindicato e defensores dos trabalhadores. O que ocorreu, na verdade, foi um pouco diferente. Os sindicalistas consideravam-se responsáveis pelo bom andamento das coisas na empresa. Passar a mão sobre a cabeça de um operário faltoso era sinônimo de prejudicar a empresa e conseqüentemente todos os brasileiros.

Para entender essa possibilidade, mais uma vez, o aparentemente pitoresco pode ser esclarecedor. Eunápio Costa, ao contar mais um de seus “casos”, apresenta um momento em que a comissão atuou e os trabalhadores faltosos não foram poupados. O memorialista conta que em 1962 a refinaria estava em seus “tempos áureos”, época de “muita fartura, salários justos, facilidades pra tudo... uma beleza”. As casas da Vila de Mataripe eram pintadas duas vezes por ano e todos “trabalhavam satisfeitos, pois o ambiente era agradável”. Os pintores aproveitaram, contudo, o clima de cordialidade para fazer uma verdadeira festa, usufruindo das bebidas e dos alimentos de uma residência em que faziam serviço, ocupada por um dos mais importantes engenheiros da refinaria. Quando o dono da casa retornou, percebeu que algo estranho havia se passado, pois deparou-se com “garrafas vazias, cascas de frutas no chão, peças fora do lugar, discos fora da capa... uma verdadeira bagunça”. Levou o caso à superintendência, a qual encaminhou a questão para a comissão. Instaurado o inquérito, decidiu-se pela demissão de todos os pintores em serviço no dia, já que não haviam sido encontrados os verdadeiros protagonistas do episódio. Com a ameaça, um dos próprios participantes decidiu livrar da punição os colegas que não haviam participado da “festa”. Diante da confissão, o caso foi reavaliado e somente aqueles que cometeram as faltas foram

³²⁹ Boletim informativo do Sindipetro – Extração, 12/1963, p. 05.

demitidos³³⁰. O participante que assumiu a falta e livrou os colegas inocentes da punição continuou nos quadros da empresa.

A partir desse exemplo, podemos identificar que os representantes sindicais na comissão não estavam preocupados em fazer vistas grossas com os operários faltosos só por se tratarem de sócios do sindicato. Além do mais, o episódio relatado aconteceu com uma eminência da refinaria: “o homem que inventou o fluído de isqueiro aqui na RLAM”. A posição do servidor “ofendido” pela falta dos pintores, destacada com ênfase por Eunápio Costa, sugere que a diminuição do poder dos engenheiros nesse período precisa ser relativizada, pois certamente continuaram bastante influentes e respeitados no local de trabalho. Isso se dava tanto pelas relações construídas por eles nos mais de dez anos em que gozaram de um poder arbitrário dentro do local de trabalho, quanto da própria característica do refino do petróleo, o qual guarda um papel muito importante para os homens de nível superior, e que não poderia ser desprezado mesmo naquele período de acerto de contas e de amplo poder dos sindicatos operários.

Mesmo assim, a existência da comissão era uma situação nova que abria diversas possibilidades. Iniciativa pioneira dentro das empresas estatais, as comissões paritárias de disciplina instituíram um grande dilema para os sindicalistas, pois no seu discurso combinavam-se duas premissas básicas: a proteção à empresa (considerada bastião da pátria e da soberania nacional) e a defesa dos interesses dos trabalhadores. Os sindicalistas antes mesmo das comissões já empreendiam um grande esforço para conciliá-las. No primeiro número do *Sindipetro* (jornal), avisaram aos “inimigos da Petrobrás” que o seu instrumento de comunicação e propaganda não seria “um órgão contra a empresa”, pois as suas aspirações políticas confundiam-se com os “interesses dos trabalhadores”. Alertaram, por fim, que isso não era sinônimo de acomodação e nada os impediria de “lutar por tudo aquilo” que pudesse satisfazer as necessidades operárias³³¹. O problema residia no fato de que nem sempre os interesses mais imediatos (até mesmo individuais) dos petroleiros tornavam-se um sinônimo dos interesses da empresa.

As próprias campanhas salariais trouxeram grandes polêmicas. Ficava no ar a pergunta: mobilizar os trabalhadores da estatal não seria organizar lutas contra a própria empresa? A decisão do Sindipetro/Extração de não participar da greve do *equipara ou aqui*

³³⁰ COSTA, Eunápio. **O que a história não contou**. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe, 1993, pp. 137-138.

³³¹ Sindipetro (jornal), janeiro de 1961, p. 01.

pára de novembro de 1960 é bastante significativa. Esse assunto voltava à berlinda constantemente nas reuniões de assembléia e na imprensa sindical. Os sindicalistas esforçavam-se para convencer sua base de que as coisas poderiam conviver harmonicamente e que, na verdade, uma dependia da outra, pois somente com uma empresa forte seria possível garantir melhores condições ao seu quadro de funcionários. Pediam que o sindicato jamais fosse considerado “apenas um solicitador de reivindicações salariais mas acima de tudo um defensor intransigente dos ideais nacionalistas”³³².

A atuação do Estado do setor produtivo do sistema capitalista, típico das décadas de 1940 e 1950, criou uma nova possibilidade de atuação sindical. Dela decorreu uma importante diferença entre as práticas sindicais das empresas estatais e das empresas privadas. Nas primeiras, por conta da construção da idéia de que não existe um patrão e que os trabalhadores mourejavam para o engrandecimento do país, as reivindicações salariais e de melhores condições de trabalho, típicas de qualquer organização sindical, precisaram coexistir com a defesa da empresa. Nas empresas privadas não existia uma forte preocupação dessa natureza. O sindicalista não teria maiores problemas ao atacar o patrão, afinal se tratava nitidamente de um “explorador”, que enriquecia exatamente através da subjugação e do suor da classe operária. O já citado caráter bifacial das empresas estatais fez com que o seu lado empresa, que traz consigo logicamente uma relação de produção capitalista e a conseqüente extração de mais valia fosse relativizado pelos sindicalistas.

Isso não quer dizer que a exploração não fosse sentida pelos seus trabalhadores e combatida através de seus sindicatos. A defesa da empresa não implicou em um abandono por parte dos sindicalistas da Petrobrás na Bahia das reivindicações mais elementares do mundo do trabalho. Pelo contrário, eles foram muito eficientes em estabelecer uma estratégia sindical que contemplou a defesa da empresa e ao mesmo tempo falava a linguagem que os trabalhadores entendiam e queriam ouvir. Isso lhes trouxe, evidentemente, inúmeras situações contraditórias e complicadas, pois ao assumirem prerrogativas típicas do “patrão”, como punir, premiar e promover, os dirigentes sindicais expuseram-se a tensões e questionamentos de uma nova ordem. A dificuldade de acesso aos inquéritos das comissões disciplinares nos impede de traçar um quadro mais consistente de quais foram os seus posicionamentos diante dos casos com que se deparavam. Contudo, Mário Lima louva-se de

³³² Sindipetro (Jornal), prestação de contas do ano de 1961, p. 4.

que “nunca foi necessário o voto de desempate do superintendente”³³³. Os membros da administração e do sindicato nunca divergiram nos seus julgamentos. Isso sugere que se entre os trabalhadores as posições eram das mais diversas, junto à direção da empresa eles mantinham um certo consenso.

Mais um caso julgado pela Comissão Paritária de Disciplina se torna emblemático para entendermos que em certos momentos essa sintonia entre administração e sindicalistas poderia fazer com que o operário punido entendesse que o sindicato era o responsável pela sua punição. Em setembro de 1963, o ajudante de cozinha Roque Onésio foi julgado na sessão da comissão instalada no Terminal de Madre de Deus. Pesava contra ele a acusação de ter tentado agredir com uma peixeira de 12 polegadas o colega Manoel Batista. Este, supostamente havia delatado o ajudante de cozinha, que tentava sair do trabalho com uma lata de ostras, retirada indevidamente da cozinha da cantina do terminal. Segundo os depoimentos prestados na apuração do caso, Roque voltou enfurecido e tentou esfaquear Manoel, só não conseguiu porque um grupo de trabalhadores o impediu. Roque ainda foi acusado de ser “useiro” em sair da cozinha com alimentos de forma ilegal. Além disso, as ocorrências disciplinares preexistentes do ajudante de cozinha conspiravam contra ele. Segundo o seu próprio depoimento, já havia sofrido duas punições disciplinares e além disso teria tentado em outra oportunidade atacar um colega de trabalho a mão armada, só que fora do serviço³³⁴. O inquérito, que ouviu as testemunhas um dia depois do fato ocorrido, resultou na demissão de Roque Onésio, consolidada aparentemente em janeiro de 1964³³⁵.

Enquanto os sindicalistas ganhavam espaço em seu local de trabalho e com isso eram obrigados a lidar com questões mais imediatas de trabalho, o clima político do país pegava fogo. Após João Goulart conseguir retomar o modelo presidencialista, em janeiro de 1963, as pressões sobre seu governo, vindas tanto da direita quanto da esquerda, foram muitas. O Presidente da República, sem uma base política consistente, tentava se equilibrar entre o lado conservador da política nacional e a ala progressista que defendia as reformas de base. Do segundo lado estavam também os movimentos sociais e, principalmente os sindicalistas. O problema se arrastou durante todo o ano de 1963, mas em 1964 o presidente optou, enfim, pela guinada à esquerda, anunciando à nação, em 13 de março, no famoso comício da Central do Brasil, que faria as tão famosas reformas de base. Nessa ocasião Jango assinou dentre

³³³ Informação concedida ao autor em conversa informal.

³³⁴ Depoimentos prestados à Comissão Paritária de Disciplina em 19/09/1963.

³³⁵ Janeiro de 1964 foi o último mês em que localizamos a coleta da contribuição sindical do trabalhador, conforme sua ficha no Sindipetro/Refino.

outros o decreto de encampação da Refinaria de Capuava, uma insistente reivindicação dos petroleiros. As reações conservadoras não tardaram a vir.

O clima de politização da sociedade brasileira nessa conjuntura era flagrante. Os trabalhadores, organizados nacionalmente através do Comando Geral dos Trabalhadores, tornaram-se um dos grandes defensores das bandeiras mais avançadas do nacionalismo e das reformas de base³³⁶. Os sindicalistas do petróleo estavam aparentemente mais preocupados à essa altura com essas discussões típicas da alta política do que com os problemas mais imediatos de sua base.

Os operários sentiram isso e não por acaso articularam canais para reivindicar que os dirigentes dos seus órgãos de classe atentassem mais para a assistência direta e para os problemas cotidianos que afligiam a sua base. Foi exatamente em meio à euforia da esquerda e às articulações dos segmentos conservadores da sociedade brasileira, advindas das medidas anunciadas pelo presidente João Goulart no comício da Central do Brasil, que um grupo de trabalhadores da refinaria pôs uma nota no *Jornal da Bahia* criticando a postura do sindicato. Os autores do manifesto queixavam-se da inércia dos dirigentes quando do falecimento do analista Geraldo Rosa de Almeida, pois haviam procurado o sindicato a fim de obter ajuda para encontrar o corpo “nas águas do rio Paraguaçu” e não viram “nada nem ninguém mover-se” para tanto. A solução encontrada foi pleitear ajuda aos portuários, que diferentemente dos petroleiros, ofereceram “o seu equipamento de mergulho” e “seu mergulhador”. Os missivistas despediram-se na carta, lembrando que “nos momentos de luta em prol das conquistas operárias” não haviam hesitado em “marchar” ao lado dos dirigentes. Por isso mesmo reprovavam o descaso dos sindicalistas com a causa humana³³⁷. A autoria da carta aberta é desconhecida, porém ela é um nítido sinal das contradições surgidas da prática sindical dos petroleiros.

Era 18 de março de 1964. O clima político do país fervia. No final desse mesmo mês, o presidente João Goulart foi acuado pelas forças conservadoras. As tropas do Exército começaram a marchar pelo país. O Presidente da República foi deposto sem grande resistência e logo começou a caçada àqueles que o apoiavam. Os sindicatos foram o grande

³³⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Petrópolis: Editora Vozes, 2º Ed., 1986.

³³⁷ Carta aberta dos operários aos diretores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo no Estado da Bahia, 18/03/1964.

alvo dos militares que passaram a invadir as sedes das agremiações em busca de evidências que comprovassem suas atividades subversivas.

Em 2 de abril as tropas estavam nas ruas do centro de Salvador. Seu alvo era a sede do Sindipetro/Refino, que ficava nas proximidades da Praça da Piedade. Os militares fecharam a rua em que ficava o sindicato e começaram a vasculhar suas gavetas e arquivos. Boatos davam conta da existência de pessoas mortas. O Deputado Federal e presidente do Sindipetro Mário Lima, após tentar sem sucesso embarcar para Brasília, procurou entrar no prédio para obter notícias seguras acerca das pessoas que poderiam estar no local e sobre o próprio patrimônio da entidade. Não obteve sucesso em sua primeira investida, mas insistiu em ter acesso ao local. Primeiro procurou o governador Lomanto Júnior e mais tarde o comandante da VI Região Militar, ambos identificados como as pessoas que poderiam autorizar sua entrada na sede do sindicato. O esforço do sindicalista resultou em sua prisão no Quartel da Mouraria, de onde foi levado para o Forte do Barbalho.

Àquela altura Mataripe já havia declarado greve. Após a notícia da prisão do Mário Lima, seus companheiros de sindicato exigiram a permanência da ordem constitucional, através da restituição do Presidente da República ao seu posto e da soltura imediata do “mandatário máximo” do sindicalismo petroleiro baiano³³⁸. De nada adiantou. De pronto o exército ocupou também a refinaria e algumas áreas da Região de Produção da Bahia. Outros sindicalistas e operários foram presos e o clima de terror se instalou no local. Tinha início a série de interrogatórios, delações, perseguições e demissões de sindicalistas e operários. Ernesto Cláudio Drehmer, engenheiro de confiança dos sindicalistas, içado à condição de Superintendente quando da saída de Jairo Farias para a direção da estatal, enviou um telegrama ao novo presidente da estatal. Nele, congratulava o General Olympio Sá Tavares pela nomeação e colocava à disposição o cargo que ocupava, comprometendo-se em permanecer no posto até a nomeação do seu substituto³³⁹. As iniciativas de resistência não haviam surtido efeito e já no dia 04 de abril os militares tornavam-se donos da situação. As unidades, lentamente, voltavam a funcionar. A essa altura, o grupo de sindicalistas indesejados já estava fora de ação.

Mesmo para os operários menos envolvidos com as questões sindicais aqueles dias foram marcantes. As cenas presenciadas por muitos deles, nas quais as sedes dos sindicatos

³³⁸ Termo de declaração de Greve dos Trabalhadores do Petróleo.

³³⁹ Telegrama de Ernesto Drehmer a Olympio Sá Tavares.

eram invadidas, seus arquivos e jornais eram expostos como troféus, colegas eram presos e interrogados, não saíram de suas memórias. Muitos deles sequer sabiam o que era o tal do comunismo, que tanto se falava à época. A única coisa que tinham certeza era da violência dos homens da 6ª Região, da perseguição contra seus colegas e da destruição do patrimônio coletivo que eram os seus sindicatos.

A disputa pelo espólio político do grupo sindical comandado por Mário Lima e Osvaldo Marques não tardou a acontecer. Os avanços conseguidos pelos sindicalistas foram consideráveis e mesmo seus opositores sabiam disso e desejavam, portanto, ser considerados pela base como os detentores de seu legado. Para isso, precisavam antes de tudo convencer os militares que tomaram o comando da refinaria de que eram confiáveis e mantiveram-se distantes das idéias comunistas. Verdi Plesch e Gildásio Lopes, dois dos três dirigentes sindicais afastados da diretoria do Sindipetro/Refino em janeiro de 1963 escreveram uma carta para os novos gestores de Mataripe³⁴⁰.

Nela, os trabalhadores procuraram identificar-se com o Golpe de 1964, apresentando-se como participantes da “Revolução do 31, desde que ela era apenas uma conspiração”. Exatamente por esse motivo, sentiram-se à vontade para se colocar à disposição dos militares para ajudar no trabalho de convencimentos dos trabalhadores. Os signatários diziam que a cabeça dos operários da Petrobrás continuava sendo contaminada pelas mentiras dos “elementos residuais do comuno-peleguismo”, que espalhavam boatos de que as conquistas salariais e os benefícios assistenciais fornecidos pela empresa seriam suspensos. Além disso, os autores da carta contavam que os “pseudo-líderes” espalhavam o boato de que o direito de livre associação seria negado aos petroleiros.

Verdi Plesch e Gildásio Lopes elencaram, então, uma série de sugestões para os militares a fim de garantir a colaboração operária e o fim dos boatos que tanto atrapalhavam o bom andamento dos trabalhos da Refinaria. A primeira delas dizia que para aumentar a produtividade da unidade era necessária criar um programa de “contra-propaganda” para coibir as mentiras que corriam na usina, bem como impedir o retorno ao comando da estatal dos “homens estigmatizados por notória aversão aos trabalhadores”, numa clara alusão aos engenheiros afastados em 1962 por Francisco Mangabeira. Depois disso, os militares

³⁴⁰ Sobre as circunstâncias do afastamento de Verdi Plesch, Luciano Campo e Gildásio Lopes ver: OLIVEIRA JR., op. cit. pp. 146-149. A tese do autor para a saída dos dirigentes é que estes tinham uma posição mais à direita que o grupo de Mário Lima, o que levava-os a criticar os rumos do sindicato. Além disso, eles foram responsáveis pela publicação de matérias que criticavam a gestão de Jairo Farias frente à Refinaria.

deveriam convencer aos operários de que “a Revolução” aconteceu para “corrigir por inteiro as deformações sindicais” e que ela garantiria “as conquistas salariais e assistenciais, especialmente o reajustamento dos salários, previsto nos termos do acordo firmado entre a empresa e os sindicatos de sua órbita”. Por fim, pleitearam a “presença operária na administração da empresa através da assessoria sindical”³⁴¹.

Em resumo, excluindo o primeiro item, que dizia respeito à defesa das medidas saneadoras do “comunismo”, o conjunto de sugestões dos emissários da carta era bastante parecido com as principais conquistas do grupo de sindicalistas que os mesmos acusavam de terem feito tão mal aos petroleiros e à empresa. Apesar das divergências políticas, Verdi Plesch e Gildásio Lopes sabiam que a categoria petroleira reconhecia os avanços trazidos pelos sindicalistas comandados por Osvaldo Marques e Mário Lima e que este era o seu referencial do bom sindicalismo. Pena não termos conseguido qualquer notícia sobre o desenrolar da solicitação apresentada pelos dois trabalhadores.

É evidente, no entanto, que os tempos que sucederam à queda dos líderes sindicais trouxeram mudanças no mundo do trabalho petroleiro baiano. Muito embora as vantagens salariais obtidas entre 1960 e 1962 continuassem garantidas, os trabalhadores amargaram tempos mais duros nas relações de trabalho. O fim das comissões paritárias de disciplina e a volta do poder dos engenheiros de interferir mais diretamente nas questões disciplinares foi visto pelos trabalhadores como uma derrota. A perda de uma série de benefícios que não estavam garantidos por nenhuma convenção de trabalho, e o clima militarizado que as unidades de trabalho passaram a ter, colaboraram para a construção da imagem de um verdadeiro refluxo nas relações de trabalho dentro da Petrobrás na Bahia.

Mesmo assim, para alguns, essa era a chance de rever a posição na empresa perdida quando os sindicalistas atuavam com grande desenvoltura. Esse foi o caso de Roque Onésio, o ajudante de cozinha que teve sua demissão sacramentada pela comissão paritária de disciplina no início de 1964. Em julho, Roque voltou à cena em busca de sua readmissão, procurando, provavelmente por meio de contatos pessoais, apoio junto ao Major Aloysio Cirne, que encaminhou a sua solicitação aos interventores do Sindipetro/Refino com a intenção de providenciar sua readmissão. Os novos dirigentes do sindicato, seguindo a orientação do Major passaram o caso à superintendência do Terminal de Madre de Deus, argumentando que tratava-se de “um chefe de família dedicado, [...] arrimo de família

³⁴¹ Documento sem título, encontrado em AL p/cg 1964/01/30, DOC. 96.

numerosa e de parentes”, que passava por uma “fase econômica das mais precárias” e que por isso deveria ter a sua dispensa revista. Um mês depois, a questão foi encerrada e o pedido de readmissão do ex-empregado foi negado. Esse foi o último caso relacionado à participação dos sindicalistas do petróleo na gestão do ambiente de trabalho que tivemos notícia.

É possível supor que o trabalhador demitido tenha avaliado que sua punição fora aplicada pelos dirigentes sindicais, por isso mesmo aproveitou o afastamento destes do cenário político – ocasionado pelo golpe civil-militar de abril de 1964 – para reaver seu posto de trabalho por intermédio dos militares e dos interventores sindicais. Encerrava-se o ciclo das discussões provenientes da participação política da primeira geração de sindicalistas do petróleo na Bahia. Estes homens só voltariam à Petrobrás e ao sindicalismo petroleiro cerca de 20 anos depois com a lei de anistia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bahia continuava, em 1964, como o único estado a fornecer petróleo cru para o país. Mataripe havia deixado de ser a pequena refinaria experimental de 1950 e tornara-se uma pujante produtora de derivados do petróleo. Os seus operários deixaram de ser considerados insignificantes politicamente e passaram para o centro dos acontecimentos políticos do estado e até mesmo do país.

A inserção dos petroleiros baianos nessa trama de poder foi fruto da atuação dos seus sindicatos. A força que a repressão usou para tirar de cena as suas principais lideranças demonstra a relevância política das duas entidades de classe e o risco que elas representavam para o projeto político que a direita organizada e os militares planejaram para o país no alvorecer de 1964. Por outro lado, a atuação das lideranças sindicais, voltada para o ambiente de trabalho, deixou um legado marcante para os trabalhadores da Refinaria de Mataripe e da Região de Produção.

Na sua epopéia veio primeiro o próprio reconhecimento por parte da empresa de que era preciso dialogar com os sindicatos. Depois disso, a vitória política da greve de novembro de 1960, levou para o conhecimento da opinião pública o papel relevante que o sindicalismo petroleiro passava a desempenhar dentro da Petrobrás. O ponto mais importante dessa trajetória, contudo, foi consubstanciado na preocupação sindical com questões cotidianas do trabalho. Para os sindicalistas do petróleo, atuar no jogo de poder da empresa não consistia tão somente num fim em si mesmo. Essa prática trazia consigo propostas de mudanças concretas na vida dos operários, representadas pela substituição dos chefes considerados responsáveis por um jogo de relações de poder que prejudicava os ditos trabalhadores.

As próprias regras desse jogo foram modificadas. Junto com o incremento salarial, as comissões paritárias de disciplina resultaram na maior novidade e no principal símbolo político dessa primeira geração de sindicalistas. Apesar do seu curto período de existência, elas marcaram o imaginário dos petroleiros como o grande ganho coletivo da categoria. Trouxe também uma experiência associativa e de solidariedade que nem mesmo a repressão foi capaz de apagar.

Enquanto muitos líderes sindicais estavam sendo presos e tantos outros preferiram abandonar a empresa por causa do clima instalado no imediato pós-golpe, os petroleiros que continuavam em seu local de trabalho organizavam – sem a participação da interventoria sindical – listas de auxílio para as famílias dos demitidos e perseguidos políticos. Outros levavam alimentos para os próprios fugitivos.

O esforço dos militares para apagar a memória de luta dos petroleiros, através da intervenção e do achincalhe dos nomes dos sindicalistas afastados não surtiu efeito. De acordo com Oliveira Junior, começou uma campanha na imprensa com o objetivo de macular a prática sindical petroleira do pré 1964, surgindo na imprensa vários rumores de corrupção dos antigos dirigentes sindicais. A interventoria instalada no Sindipetro/Refino após o Golpe passara a investir forte no assistencialismo, e Aristides Rocha de Oliveira Filho, seu tesoureiro, decidiu sair candidato no pleito sindical de 1965, autorizado pelo Ministério do Trabalho. Sua derrota para a chapa “independente” foi por uma pequena margem de votos³⁴². Era a primeira tentativa dos petroleiros de agir autonomamente em relação aos autoproclamados revolucionários de 1964.

Dois anos se passaram e no início de 1967, Marival Caldas, Primeiro Secretário da nova direção sindical, publicou através do *Sindipetro – Jornal* uma nota intitulada “O carrapato”. Nela, o sindicalista fazia um pequeno balanço da situação dos petroleiros desde 1964. O autor perguntava-se: “o que melhorou na Refinaria após a Revolução?”. Sua resposta foi desanimadora. Segundo sua avaliação, toda a parte social e salarial da empresa havia refluído após a “redentora”. Marival dizia que o sindicato após a sua liberação “passou a trabalhar reivindicando e procurando dialogar com as autoridades civis e militares”. Contudo, era recebido e tratado “com desprezo e descrédito”. Para ele, restava aos trabalhadores se unirem em prol “dos verdadeiros defensores da empresa: o operário [sic]”. Estes, deveriam continuar “defendendo a Petrobrás”, pois com isso estariam “defendendo seu emprego, sua família e o nosso Brasil”³⁴³.

Quase três anos após a movimentação que tirou de circulação a dupla Osvaldo Marques e Mário Lima, falavam alto novas vozes que pretendiam continuar o seu legado. Novos atores entravam em cena, mas a peça era a mesma: uma empresa forte teria como conseqüência benefícios para seus funcionários, que eram seus verdadeiros defensores. O

³⁴² OLIVEIRA JR, op. cit., pp. 204-206.

³⁴³ Sindipetro Jornal, ano 1, nº 07, 1967, p. 12. Acervo Pessoal de Mário Lima.

exemplo do pré 1964 continuava vivo para aqueles que se esforçavam para continuar a vivência do sindicalismo em Mataripe. Contudo, os tempos eram outros e o diálogo entre empresa e operários muito mais difícil. Entre abrir espaço para os sindicalistas e cercear sua liberdade, os militares recorreram à segunda opção. A certeza da inviabilidade de um projeto de país que incorporasse demandas da classe trabalhadora fez com que os novos comandantes do país recorressem em diversas oportunidades à repressão e à intervenção. Essa era a tônica dos novos capítulos da história do mundo sindical dos petroleiros baianos. Mas essa já é outra história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alice Rangel de Paiva; PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte (Orgs.). **O trabalhador carioca: estudos sobre os trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro: JC Editora, 1994.

AGIER, Michel; CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____; A construção da grande siderurgia e o orgulho de ser brasileiro: entrevistas com pioneiros e construtores da CSN. Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.

ARAÚJO, Genice de; ANDRADE, Júlio César; NEVES, Paulo Sérgio. “Ideologia e prática sindical: estudo de caso com trabalhadores do refino do petróleo”. In: CASTRO, Nadya Araújo (org.). **Relações de trabalho e práticas sindicais na Bahia**. Salvador, CED, 1995.

BARRETO, Carlos Eduardo Paes. **A saga do petróleo brasileiro: “a farra do boi”**. São Paulo: Nobel Editora, 2001.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da (Orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, Academia de Letras da Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1998.

BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 1, nº 13, pp. 29-50, 1990.

CALIFE, Magali Nogueira da Silva. **A relação capital-trabalho na gênese da CSN**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2000.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Federação das Industrias do Estado da Bahia, 2004.

CAUME, David José. “Memórias de luta e lutas pela memória”. In: História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral. Nº 06, junho de 2003, pp. 133-158.

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

CONTRERAS, Edelmira del Carmen Alveal. **Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1994.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão**. Campinas: Papyrus Editora, 1998.

COSTA, Eunápio Cavalcanti. **No rio dos papagaios: histórias, casos e causos Mataripenses**. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe, 1990.

_____. **O que a história não contou**. Salvador: Gráfica e Editora Arembepe, 1993.

COSTA, Hélio da. **Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Editora Scritta, 1995.

CUNHA, Sílvio Humberto Passos. **Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

DELGADO, Lucília Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)**. Petrópolis: Editora Vozes, 2º Ed., 1986.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, CD-Rom.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLIANO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas / Petrobrás, 1993.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. Trabalhando e aprendendo: aquisição de qualificação em uma refinaria de petróleo no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, nº 34, pp. 65-97, jan/jun 2001.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ ; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano (vol. 3): o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Leda Leal; IGUTTI, Aparecida Maria. **O trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo**. São Paulo: Scritta, 1996.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Historia oral: una brújula para los desafios de la história. **Historia, Antropologia y Fuentes Orales, escenarios migratorios**. Barcelona, nº28, p.141-152, 2002.

_____ ; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Editora da FGV, Rio de Janeiro, 4º Ed., 2001.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. “A história política da esquerda baiana: uma história em construção”. In: *Politéia: história e sociedade*. nº 04, 2004, pp. 159-181.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas: alternativas democráticas à crise política (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos – Nitroquímica: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume, 1997.

FORTES, Alexandre; BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira. **Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1977.

FRENCH, John D. **Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros.** São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 3ª Ed., 2005.

GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson (Orgs.). **O trabalhador gráfico.** Fortaleza: Editora da UFC, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia (1930-1964).** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores – Estudos sobre a história do operariado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Ed., 2000.

_____. **Mundos do Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JOSÉ, Emiliano: **Galeria F: lembranças do mar cinzento – parte II.** São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.

KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do dois de julho em Salvador, século XIX. **Afro-Ásia.** Salvador, vol. 1, nº 23, pp. 47-86, 1999.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília: Editora da UNB, 1988.

_____. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Ed., 1978.

_____. **Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa.** In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 41-98.

_____(Org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

MARTINS, Carlos Estevam (Org.). **Capitalismo e Estado no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1977.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores em greve polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto / FAPERJ, 2004.

MATTOS, Wilson Roberto (et al). **Uma luz na noite do Brasil: Refinaria Landulpho Alves 50 anos de história**. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Os homens de ferro: estudo sobre os trabalhadores da Vale do Rio Doce em Itabira**. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. **A ferro e fogo: construção e crise da ‘família siderúrgica’ – o caso de Volta Redonda**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____; PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 01, nº 17, pp. 68-83, 1991.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. **L’action syndicale des travailleurs du pétrole à Bahia, Brésil**. Lyon: Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Université Lumière: Lyon 2, Lyon, 1999.

NÓVOA, Jorge. Nasce o Sindiquímica: A fundação da ASPETRO na conjuntura 1963/1964 (1º e 2º parte). **Cadernos do CEAS**. Salvador, nº124 e 125, pp. 55-68, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. **O elo perdido – classe e identidade de classe na Bahia**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2001.

OLIVEIRA JR, Franklin. **A usina dos sonhos: sindicalismo petroleiro na Bahia**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. “Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias”. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. Nº 03, junho de 2000, pp. 117- 127.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4º Ed., 2006.

PETROBRÁS, Petróleo Brasileiro S/A. **Almanaque memória dos trabalhadores da Petrobrás**. Rio de Janeiro: Petrobrás, 2003.

PIMENTEL, Petronilha. **Afinal quem descobriu petróleo no Brasil: das tentativas de Allport no século passado às convicções científicas de Ignácio de Bastos**. Rio de Janeiro: Graphos Industrial Gráfico, 1984.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado-patrão e luta operária – o caso FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 199-242, 1997.

SANTANA, Carlos Henrique Vieira. **Intelectuais, planejamento e clientelismo**. Salvador: Editorial Contexto e Arte, 2002.

SCALETISKY, Eduardo Carnos. **O patrão e o petroleiro – uma história do trabalho na Petrobrás**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2007.

SERRA, Sônia. **O Momento**: história de um jornal militante. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1987.

SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa** – os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). São Paulo: HUCITEC; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SMITH, Peter Seaborn. **Petróleo e política no Brasil moderno**. Brasília: Editora da UNB, 1978.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **O problema da involução industrial da Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1960.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAZQUEZ, Petilda Serva. **Intervalo democrático e sindicalismo** – Bahia 1942-1947. Salvador: Dissertação de Mestrado em História (UFBA), 1986.

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. **Afro-Ásia**. Salvador, vol. 1, nº 24, pp. 243-290, 2000.

_____. Solidariedade x Rivalidade: a Formação do Sindicalismo Estivador Brasileiro. **História-Unisinos**. São Leopoldo, v. 6, pp. 29-62, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 4 ° Ed. revista, 1999.

WHIRTH, John. **A política do desenvolvimento na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1973.

FONTES:

Arquivos, bibliotecas e instituições consultadas:

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Biblioteca da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI).

Biblioteca da Universidade Corporativa da Petrobrás.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEP).

Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (CEDIC-BA).

Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.

Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

Memorial e arquivo morto do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petrolero do Estado da Bahia.

Acervos pessoais:

Acervo documental de Mário Soares Lima.

Acervo documental de Wilton Valença da Silva.

Acervo fotográfico de José Carlos dos Santos Vivas.

Livros e folhetos:

AGUIAR, Manoel Pinto de. “Notas sobre o enigma baiano”. In: **Planejamento**. Salvador, out/dez 1977, vol. 05, nº 04, pp.123-136.

Associação de Classes Rurais do Estado da Bahia. **A indústria petrolífera e a propriedade rural**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1958.

AZEVEDO, Thales de. **Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1960, 2º Ed.

BALBINO, Antonio. **Participação da Bahia na vida nacional**: ofício dirigido ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitscheck, presidente da república, pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Balbino governador do estado da Bahia. Salvador: 1956.

BARROSO, Geonísio. **Ação da Petrobrás no Recôncavo da Bahia**. São Paulo: FIESP, 1958.

_____. **A Petrobrás e o Recôncavo Baiano**. Rio de Janeiro: s/e, 1956.

CARVALHO, Ivan Barreto de. “Petrobrás – sua contribuição para o desenvolvimento nacional”. In: **Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Geologia**. Salvador, 1969.

Conselho Nacional do Petróleo – **Relatórios** (1949,1950,1951,1952,1953 e 1954).

COSTA FILHO, João Mendes da. **O petróleo da Bahia e a Petrobrás**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

FONTES, Lauro Barreto. **Catálogo das ocupações qualificadas**. Rio de Janeiro: Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas do Petróleo, 1963.

MACHADO NETO, Antonio Luiz. Desenvolvimento e regionalismo: o caso baiano. In: **Sociologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1963.

MANGABEIRA, Francisco. **Imperialismo, petróleo e Petrobrás**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1964.

MARIANI, Clemente. “Análise do problema econômico baiano”. In: **Planejamento**. Salvador, out/dez 1977, vol. 05, nº 04, pp. 55-121.

OLIVEIRA, Avelino Ignácio de. **Pesquisas de petróleo no Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 2º ed, 1947.

Periódicos:

A Tarde; setembro de 1950, fevereiro a abril de 1958, janeiro e fevereiro de 1959, outubro e novembro de 1960, maio de 1961, setembro e outubro de 1962, janeiro a maio de 1964;

Diário da Bahia; setembro de 1950, fevereiro a abril de 1958, janeiro e fevereiro de 1959, outubro e novembro de 1960, maio de 1961, setembro e outubro de 1962, janeiro a maio de 1964;

Diário de Notícias; setembro de 1950, fevereiro a abril de 1958, janeiro e fevereiro de 1959, outubro e novembro de 1960, maio de 1961, setembro e outubro de 1962, janeiro a maio de 1964;

Jornal da Bahia; Setembro de 1958 a fevereiro de 1959, outubro e novembro de 1960, maio de 1961, setembro e outubro de 1962, janeiro a abril de 1964;

O Momento; Setembro de 1949 a novembro de 1957;

O Observador Econômico e Financeiro;

Periódicos operários:

Sindipetro – Jornal, ano 1, nº 1, janeiro de 1961; prestação de contas do ano de 1961; ano II, nº 19, agosto de 1962; ano II, nº 20, setembro de 1962; ano II, nº 28, s/d; ano III, nº 37, 26 de fevereiro de 1964; informativo especial nº 05, 11 de novembro de 1963;

Jornal de Mataripe, ano II, nº 13, 1º de agosto de 1963;

Boletim informativo do Sindipetro Extração, ano 1, nº 02, 15 de setembro de 1963; ano 1, nº 03, outubro de 1963; ano 1, nº 04, dezembro de 1963;

Petroleiro – publicação do Sindipetro Extração, ano I, nº 05, janeiro e fevereiro de 1964;

Suplemento do Jornal Sindipetro, especial de 1º de maio de 1963;

Sindipetro Jornal (após interventoria), ano I, nº 07, abril de 1967.

Fontes manuscritas:

Ata da 612ª sessão ordinária do Conselho Nacional do Petróleo, realizada em 28/12/1950.

Atas de reunião da Diretoria Executiva da Petrobrás; realizadas em 10/05/1954, 12/06/1954, 19/06/1954, 03/09/1954, 06/09/1954, 15/09/19654, 01/10/1954, 23/10/1954, 28/10/1954, 24/11/1954.

Boletim de pessoal do Conselho Nacional do Petróleo; 19/02/1952;

Carta da Comissão Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo endereçada, em junho de 1947, a Bennet Archambault (diretor da Kellog).

Contrato firmado entre o Conselho Nacional do Petróleo e a empresa norte-americana Kellog para a criação da Refinaria Nacional de Petróleo, em Mataripe; julho de 1947.

Fichas de filiação sindical dos associados do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Refino e Destilação do Petróleo no Estado da Bahia; 1959 até 1964.

Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia; aprovado em janeiro de 1958.

Livro de Atas de Reunião de Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Refino e Destilação do Petróleo no Estado da Bahia; junho de 1959 a julho de 1962.

Livro de Atas de Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Refino e Destilação do Petróleo no Estado da Bahia; junho de 1962 a janeiro de 1963.

Livro de Atas de Assembléia do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia; abril de 1963 a maio de 1965.

Livro de registro de associados do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia; 1954 a 1962.

Minuta apresentada pela Comissão de Constituição da Refinaria de Mataripe ao Conselho Nacional do Petróleo; 03/11/1949.

Minuta enviada pelo Conselho Nacional do Petróleo à Companhia Brasileira de Engenharia em 03/11/1949.

Minuta – Pessoal da Petrobrás: estrutura da organização; 05/1954.

Ordens de serviço da Petrobrás; publicadas em 27/09/1954, 15/10/1954, 08/04/1964.

Quadro de empregados sindicalizados da Petrobrás na Bahia; 04/1964.

Registro de sócios fundadores da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo no Estado da Bahia; ano: 1954.

Relatório de atividades do ano de 1951 da Refinaria de Mataripe apresentado ao Conselho Nacional do Petróleo.

Resoluções da Diretoria Executiva da Petrobrás; publicadas em 11/06/1954, 05/06/1954, 09/07/1954, 20/08/1954, 27/09/1954, 06/10/1954.

Telegramas sobre as condições da Refinaria de Mataripe e da Região de Produção da Bahia durante o golpe de 1964.

Termo de transferência à Petrobrás dos serviços da Refinaria de Mataripe; 05/1954.

Fontes orais:

Entrevistado: Álvaro Bulcão;

Ano de entrada na empresa: 1949;

Função e lotação: Torrista, Região de Produção da Bahia;

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 02 de março de 2007.

Entrevistado: Boris Tondroff;

Ano de entrada na empresa: 1954;

Função e lotação: Auxiliar de produção, Região de Produção da Bahia;

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 05 de agosto de 2006 (entrevista sem gravação);

Entrevistado: Ernesto Cláudio Drehmer;

Ano de entrada na empresa: 1956;

Função e lotação: Engenheiro e superintendente, Refinaria de Mataripe;

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 31 de outubro de 2006.

Entrevistado: Everaldo Fonseca Zaba;

Ano de entrada na empresa: 1957;

Função e lotação: Auxiliar de produção, Região de Produção da Bahia;

Entrevistadores e data da entrevista: Alex de Souza Ivo e Daniela Nunes Nascimento, 16 de agosto de 2007.

Entrevistado: Flordivaldo Maciel Dultra;

Ano de entrada na empresa: 1954;

Função e lotação: Laboratorista e dirigente sindical, Refinaria de Mataripe;

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 28 de julho de 2006 (entrevista sem gravação);

Entrevistado: Gonçalo dos Santos Melo;

Ano de entrada na empresa: 1958;

Função e lotação: Operador, Refinaria de Mataripe.

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 01 de agosto de 2006.

Entrevistado: Jairo José Farias;

Ano de entrada na empresa: 1957;

Função e lotação: Arquiteto, superintendente de Mataripe e diretor da Petrobrás;

Entrevistadores e data da entrevista: Alex de Souza Ivo e Daniele Santos de Souza, 19 de junho de 2007 (entrevista sem gravação);

Entrevistado: Jair Pinto de Brito;

Ano de entrada na empresa: 1962;

Função e lotação: Técnico, Complexo Petroquímico do Estado da Bahia;

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 26 de junho de 2006.

Entrevistado: José Carlos de Souza Vivas;

Ano de entrada na empresa: 1957;

Função e lotação: Auxiliar de produção, Região de Produção da Bahia;

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 15 de janeiro de 2007.

Entrevistado: Manoel Ferreira dos Santos;

Ano de entrada na empresa: 1943;

Função e lotação: Operador de máquina de campo, Região de Produção da Bahia;

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 25 de janeiro de 2008.

Entrevistado: Mário Soares Lima;

Ano de entrada na empresa: 1958;

Função e lotação: Operador chefe e dirigente sindical, Refinaria de Mataripe;

Entrevistador e data das entrevistas: Alex de Souza Ivo, 24 de novembro de 2006, 18 de abril de 2007 e 11 de julho de 2007,

Entrevistado: Osvaldo Marques de Oliveira;

Ano de entrada na empresa: 1951;

Função e lotação: Auxiliar de segurança, operador e dirigente sindical, RLAM;

Entrevistador e data da entrevista: Franklin Oliveira Junior, 09 e 10 de setembro de 1993.

Entrevistado: Raimundo Lopes;

Ano de entrada na empresa: 1958;

Função e lotação: Vigilante, Refinaria de Mataripe;

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 27 de outubro de 2006.

Entrevistado: Wilton Valença da Silva

Ano de entrada na empresa: 1956;

Função e lotação: Sondador e dirigente sindical, Região de Produção da Bahia;

Entrevistador e data da entrevista: Alex de Souza Ivo, 18 de novembro de 2006.